



Efraim Morais (E), presidente da CPI dos Bingos, conversa com o relator, Garibaldi Alves

CPI na reta final: Garibaldi apresenta relatório

Depois de quase **um ano** de investigações em inúmeras frentes, a CPI dos Bingos, que começou com o **escândalo Waldomiro** e foi instalada somente após decisão do STF, aproxima-se de seu término e promete **novo embate** entre governo e oposição

PÁGINAS 16 E 17

Gripe aviária pode causar prejuízo recorde

Além de apontar para uma catástrofe humanitária, especialistas calculam em US\$ 50 bilhões os prejuízos se o vírus H5N1 se disseminar no Brasil. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute em audiência pública como impedir que a influenza atinja o próspero setor avícola.

PÁGINA 14

Avança na CCJ nova política antidrogas

PÁGINA 9

Quanto de imposto é pago na boca do caixa?

Empresariado leva ao presidente do Senado, Renan Calheiros, anteprojeto que pede o esclarecimento da população sobre os impostos que são pagos em cada bem consumido. Junto com o documento, 1,5 milhão de assinaturas de apoio.

PÁGINA 13

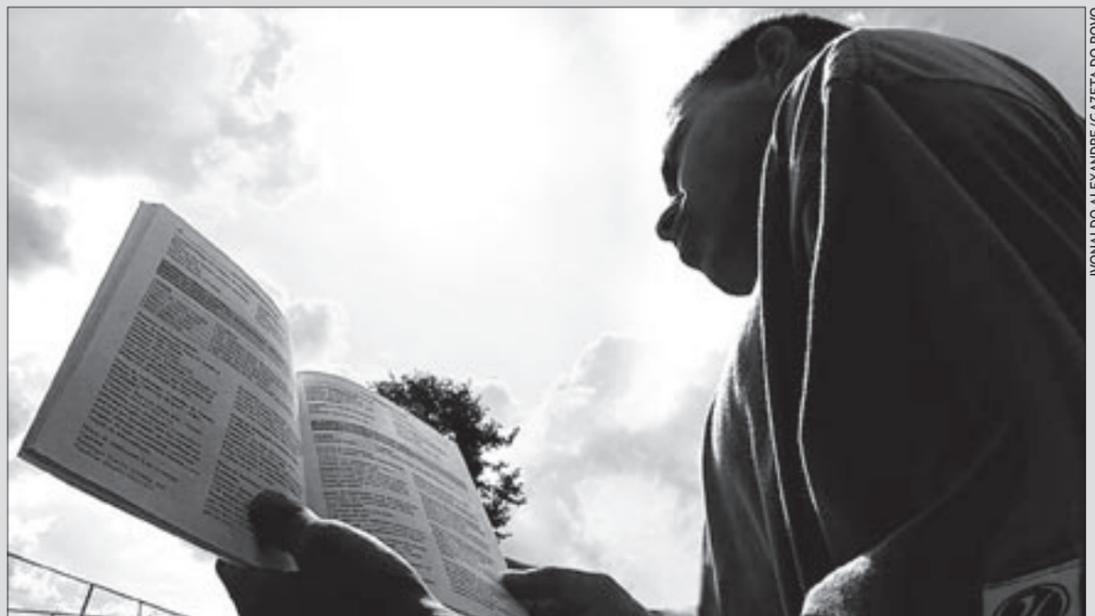


A taça do mundo (erguida por Bellini) é nossa: veja como repercutiu no Senado a primeira vitória do Brasil em Copas do Mundo, em 1958

PÁGINA 23

A difícil missão de resgatar, reeducar e proteger menores

PÁGINAS 4 A 8



IVONALDO ALEXANDRE/GAZETA DO POVO

Em exemplo raro, menor infrator estuda em Curitiba (PR): Brasil não investe na recuperação de crianças

cidadania

Tribunal do júri: quando o cidadão bate o martelo

Há crimes que, de tão graves, não são julgados apenas pelos juízes, que têm conhecimento técnico sobre tipos penais, produção de provas e processo penal. Quando

o crime é contra a vida, quem decide mesmo é o cidadão comum, que tem o direito e o dever de participar do tribunal do júri. Saiba mais no *Especial Cidadania*.

PÁGINA 24

e mais...

| | |
|---------------------|-----------|
| AGENDA | Página 2 |
| PERGUNTE AO SENADOR | Página 21 |
| FRASES | Página 21 |
| VOZ DO LEITOR | Página 21 |
| ACONTECEU NO SENADO | Página 23 |

Comissão apressa marco regulatório do saneamento

PÁGINA 3

INFRA-ESTRUTURA

Congresso tem pressa no setor de saneamento

Criada para buscar consenso entre as diferentes propostas de uma política nacional de saneamento básico, comissão mista com cinco senadores e cinco deputados, que tem 30 dias de prazo para concluir o trabalho, já escolheu como presidente o senador César Borges (PFL-BA). O relator é o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) e o vice-presidente é o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). A instalação da comissão mista, na terça-feira, contou com a presença dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Renan Calheiros e Aldo Rebelo.

– O projeto que nascer nessa comissão terá possibilidade de um trâmite mais rápido porque já terá o apoio das duas Casas.

É uma tentativa para que a matéria possa tramitar rapidamente – disse César Borges na primeira reunião da Comissão Mista de Saneamento.

Uma política nacional para o saneamento básico, proposta pelo Executivo, foi discutida na Câmara, mas os deputados não chegaram a um consenso em itens como a participação da iniciativa privada, os meios de fiscalização, as regras e os objetivos da gestão dos serviços.

Ao instalar a comissão, Renan explicou que tramita na Câmara proposta de iniciativa do Executivo que poderá servir de subsídio aos trabalhos do colegiado. Ele lembrou dado levantado por César Borges, de que são necessários cerca de R\$ 160 bilhões



Renan (C) cumprimenta César Borges, ao lado de Aldo Rebelo: marco regulatório para saneamento

para que o saneamento chegue a todo o país.

– Teríamos que investir em torno de R\$ 9 bilhões por ano. No cenário de restrições fiscais, esses números apontam para uma complementação de recursos de origem privada – afirmou.

Para ele, sem um marco regulatório que defina claramente o papel das empresas, os serviços prestados, o papel do Estado e da agência reguladora, não há como atrair investimentos. Renan recordou que, apesar de 90% das áreas urbanas terem acesso a água tratada, a distribuição

ainda é muito concentrada e não beneficia os mais pobres.

– A comissão deve encontrar um ponto de equilíbrio entre algumas propostas de um marco regulatório para o saneamento – frisou, lembrando que no Senado tramita projeto de lei (PLS 155/05) do senador Gerson Camata (PMDB-ES), relatado por César Borges. A proposta do Executivo, o PL 5.296/05, em tramitação na Câmara, tem como relator o próprio Júlio Lopes.

O projeto do Senado, segundo Renan, tem apoio dos governos estaduais. Já o do Executivo

traria um centralismo federal para propor a criação do Sistema Nacional do Saneamento (Sinasa).

Além de César Borges, Júlio Lopes e Perondi, integram a comissão os senadores Tião Viana (PT-AC), Fernando Bezerra (PTB-RN), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Luiz Otávio (PMDB-PA), e os deputados Custódio Mattos (PSDB-MG), Eduardo Sciarra (PFL-PR) e Maria do Carmo Lara (PT-MG).

Júlio Lopes já distribuiu entre os parlamentares uma proposta que conciliaria os projetos do Executivo e do Senado.

César Borges critica abordagem ideológica

Após assumir a presidência da Comissão Mista de Saneamento, o senador César Borges afirmou que há risco de se tratar a questão do marco regulatório do saneamento básico segundo critérios partidários e ideológicos. A comissão mista tem o papel de sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação no Congresso.

– Não é uma questão partidária. Não podemos aceitar que um projeto em benefício

da população seja transformado em ideologia, com idéias arcaicas, que não dão segurança aos investidores e não permitem que o setor receba os recursos necessários para a sua universalização. Conseguimos avanço significativo, mas precisamos da colaboração de todos, desprovidos desse viés ideológico – declarou, asseverando que não se trata de “uma questão a favor ou contra o projeto do governo para o setor”.

Ele explicou que a comissão mista já começou a trabalhar.

– Foi oferecido aos membros da comissão um texto para que eles possam estudá-lo, em uma semana, e apresentar emendas. Vamos continuar persistindo, para que a agilidade seja a marca deste momento importante para o saneamento. Todos os setores e organizações envolvidos na área estão interessados e colaborando para isso – declarou.

César Borges disse ainda es-

perar que até o fim de junho o relatório da comissão esteja pronto.

Obras com recursos do Fundo de Garantia

César Borges também denunciou suposta “apropriação indébita de recursos do FGTS” em obras do governo federal. Segundo ele, o governo faz propaganda irregular de obras realizadas com recursos dos trabalhadores, financiadas pela Caixa.

Tebet diz que população sofre com falta de água e esgoto

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu pressa na definição de um marco regulatório para o saneamento básico.

– É necessário um marco no setor – declarou, acrescentando que, “corretamente ou não, a Constituição de 1988 não estabeleceu de quem é a competência nessa área, se da União, dos estados ou dos municípios”.

Com essa lacuna, frisou Tebet, o que ocorre é que estados e municípios decidem, cada um, “a política que acham melhor”. Ele disse que há, na maioria dos casos, companhias estaduais de saneamento básico, mas também existem municípios que se responsabilizam por esses serviços, além de outros que optaram por “privatizar” essas atividades. Como exemplo desse último caso, citou a capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Tebet estima que tramitem no Congresso mais de 20 projetos sobre saneamento, “que não receberam, durante sucessivos governos, a devida atenção”. Ele lembrou que “somente 76% da população brasileira é servida de água e apenas 40% de esgoto”. E ressaltou “que falar em saneamento básico significa falar em qualidade de vida, em saúde e na eliminação de doenças como a dengue”. Tebet cumprimentou o senador César Borges (PFL-BA) por ter sido escolhido para a presidência da Comissão Mista de Saneamento.

ORÇAMENTO

Parlamentares não se entendem sobre mudanças

Pela segunda vez em menos de dez dias, o Congresso adiou a votação do projeto de resolução (PRN 2/05) que muda o rito de tramitação do Orçamento da União na Câmara e no Senado. Ainda não há acordo entre os líderes partidários e suas bancadas sobre as alterações e, como resultado, não houve presença mínima de parlamentares para a votação.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu verificação de quórum assim que começou a sessão e o presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside as sessões do Congresso, decidiu encerrar a reunião depois de responder a uma questão levantada pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE) sobre o requerimento para instalação da CPI dos “sanguessugas”. Ainda não foi marcada nova sessão para tratar da alteração nos trâmites do Orçamento.

As mudanças, que buscam tornar mais transparente a apre-

sentação e a discussão de emendas parlamentares, não foram bem recebidas pelos deputados. Encontra-se em discussão um projeto de resolução do deputado Ricardo Barros (PP-PR), apresentado no ano passado. No início do mês, depois da Operação Sanguessuga da Polícia Federal, que prendeu mais de 40 pessoas envolvidas em fraudes com verbas do Orçamento, a partir de emendas parlamentares, os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, encarregaram um grupo de apresentar propostas a partir do projeto de Ricardo Barros.

Emendas trazem ainda mais dúvidas

As sugestões foram entregues aos presidentes do Senado e da Câmara e aos líderes partidários. Na semana anterior, o projeto não foi votado sob o argumento de que havia necessidade de se conhecer detalhadamente as emendas dos parlamentares.



Nova tentativa de votar alteração no rito do Orçamento esbarrou na falta de entendimento entre os líderes partidários

SEGURANÇA PÚBLICA Jovens já representam cerca de 10% dos criminosos privados da liberdade em todo o país

DIÁRIO DE CUIABÁ/ARQUIVO



Jovens são alvo preferencial para recrutamento pelo crime organizado e menores infratores já somam quase 40 mil internados como este, na Febem de São Paulo

Juventude brasileira à mercê do crime



Dos cerca de 376 mil brasileiros privados da liberdade pela prática de crimes em 2004, 39.578 eram menores infratores, segundo o levantamento mais atualizado disponível, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Internados em estabelecimentos de correção ou cumprindo medidas em regime de liberdade assistida representavam 0,2% do total da população brasileira entre 12 e 18 anos de idade. São Paulo responde por metade desse contingente de jovens brasileiros que cumprem as mais graves sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) abriga em torno de 20 mil infratores em suas 77 unidades do chamado "circuito fechado" (privação de liberdade). O Distrito Federal é, porém, a unidade da Federação com maior proporção de menores infratores: 0,5% da população naquela faixa etária, mais que o dobro de São Paulo.

Ainda que socialmente inaceitável, a proporção de um menor

para cada dez encarcerados parece ser demograficamente correta. Afinal, dos crimes e delitos registrados a cada ano no Brasil, 10% são praticados por adolescentes. Desses, mais de 70% praticam delitos contra o patrimônio.

São os jovens os alvos preferenciais de recrutamento do crime organizado, servindo como mão-de-obra barata, descartável e relativamente inimputável para os barões da cocaína e do tráfico de armas nas grandes cidades brasileiras. O resultado disso é que a opinião pública vê uma certa complacência do Estado no tratamento dispensado aos menores infratores. Todas as pesquisas demonstram o desejo da maioria de ver reduzida a maioria penal.

Muitas vezes, no entanto, os adolescentes são mais vítimas do que autores de crimes. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, 68% das mortes são provocadas por causas externas – acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. É nessa faixa etária da população que se registra a maior incidência

de mortes violentas. Além disso, a esmagadora maioria dos infratores recorre ao crime por causa das escassas oportunidades de educação e emprego a eles oferecidas.

Rendidos ao crime, os adolescentes são encaminhados a um sistema de correção e reeducação que hoje, no Brasil, enfrenta as mais severas críticas de entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos. As instituições para menores infratores constituem-se, quase

sempre, em escolas de crime, tanto quanto os presídios de adultos.

– As unidades de internação do tipo Febem costumam ser idênticas a prisões. Muitas vezes,

os jovens são punidos mais severamente do que os adultos – resume o advogado João Pedro Pereira Brandão, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), referindo-se a problemas como superlotação, más condições estruturais, maus-tratos e ameaça permanente de rebelião.

No Distrito Federal, 0,5% dos jovens cumprem algum tipo de pena

Opinião pública é favorável à redução da maioria

Em 2003, o Instituto Sensus (MG) concluiu que 88% dos entrevistados apoiariam uma reforma nas leis que reduzisse para 16 anos a responsabilidade criminal no país. O Site do Professor também realizou um levantamento informal sobre o assunto e 75% dos internautas que decidiram participar se manifestaram pela maioria penal aos 16. A própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cuja posição oficial é contrária à modificação, elaborou consulta pública em 2004 com resultados idênticos.

Nos países desenvolvidos pode fazer algum sentido argumentar que a maioria dos jovens teve acesso a condições satisfatórias para se ajustar à sociedade e, com base nesse pressuposto, os infratores devem ser responsabilizados o mais cedo possível perante a lei. No Brasil, onde apenas quatro em cada cem adolescentes que cumprem medida socioeducativa concluíram o ensino fun-

damental, não parece correto sequer considerar a questão sob o mesmo prisma. No Japão, um dos mais ricos países do mundo, os jovens representam 42,6% dos infratores e ainda assim a idade penal é de 20 anos.

– Não se argumente que o problema da delinqüência juvenil aqui é mais grave que alhures e que por isso a punição deve ser mais rigorosa. Tomando 55 países da pesquisa da ONU como base, na média os jovens representam 11,6% do total de infratores, enquanto no Brasil está em torno de 10%, portanto, dentro dos padrões internacionais e abaixo mesmo do que se deveria esperar, em virtude das carências generalizadas dos jovens brasileiros – argumenta o doutor em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), Túlio Kahn, coordenador de pesquisa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (Ilanud).

Nos centros de internação, maus-tratos e abandono

A organização internacional Human Rights Watch (HRW) fez duas séries de visitas aos centros de internação juvenil do Rio de Janeiro: entre julho e agosto de 2003 e em maio do ano passado. Nos dois casos, como descreve o relatório, "encontramos um sistema decrépito, imundo e perigosamente superlotado".

– As instalações não atendiam aos mais básicos padrões de saúde ou higiene. As reclamações de maus-tratos eram rotineiramente ignoradas. As sanções contra os agentes [agressores] eram raras e ninguém tinha conhecimento de um agente condenado criminalmente – informa o texto assinado por Michael Bochenek, da Divisão dos Direitos da Criança da HRW.

O retrato do Rio é o mesmo, em maior ou menor escala, no restante do país. Em seu 18º trabalho sobre justiça juvenil e as condições de detenção de crianças e adolescentes em todo o mundo, a HRW avalia o tratamento desses jovens à luz do direito internacional, como define a Convenção sobre os Direitos da Criança e outros instrumentos internacionais de

direitos humanos. Para a entidade, os espancamentos e outros maus-tratos são resultado da falta de monitoramento independente e eficaz dessas instituições.

– Os promotores públicos têm poderes para inspecionar os centros de detenção, mas quase nunca o fazem. Quando ocorrem, as inspeções se concentram nos detalhes administrativos (número de internos e funcionários, quantidade de sabão ou detergente), mas não demonstram inclinação para examinar as queixas de agressões pelos agentes – crítica o documento.

Na visão do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), criou-se nos anos recentes um "hiperdimensionamento do problema dos atos infracionais cometidos por adolescentes" e, na sociedade, surgiu uma demanda por ações mais enérgicas. Mas, para a Unicef, a saída não está no aumento de instituições de reclusão como as Febems, mas em medidas socioeducativas em meio aberto, sem restrição de liberdade e com a participação da família e da comunidade.

Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas

| UF | INTERNADOS | BRASIL | 12 A 18 ANOS |
|--------------|------------|--------|--------------|
| SP | 19.747 | 50% | 0,4% |
| PR | 3.245 | 8,2% | 0,25% |
| CE | 2.659 | 6,7% | 0,25% |
| SC | 2.150 | 5,4% | 0,3% |
| RJ | 1.706 | 4,3% | 0,1% |
| DF | 1.423 | 3,6% | 0,5% |
| TOTAL BRASIL | 39.578 | 100% | 0,2% |

Fonte: Levantamento da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente baseado em informações fornecidas pelos estados - janeiro/2004. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro não enviaram dados completos, por isso as informações podem conter

Responsabilizar diferentemente um jovem de 17 e outro de 18 anos por atos idênticos é uma opção de política criminal adotada na maioria dos países desenvolvidos, que procuram oferecer oportunidades diferenciadas para que o jovem supere o envolvimento com o crime. Não se trata de sua capacidade de entendimento e, sim, da inconveniência de submetê-lo ao mesmo sistema reservado aos adultos, comprovadamente falido. Baixar a idade penal é baixar um degrau no processo civilizatório.))

Túlio Kahn
Doutor em Ciência Política
pela USP e coordenador do Ilanud

Não se pode esquecer que o rebaixamento da maioria penal implica o envio de seus contemplados para o sistema penitenciário, que, certamente, está tão necrosado, senão pior que o sistema da Febem. Qualquer alteração na maioria penal haverá de ser conjugada com uma nova concepção de unidade de reeducação, caso contrário, estaremos varrendo a sujeira para debaixo do tapete.))

Luiz Flávio Borges D'Urso
Advogado criminalista,
professor de Direito Penal,
mestre e doutor em Direito Penal pela USP

SEGURANÇA PÚBLICA Maioridade penal é polêmica em todo o mundo, mas psiquiatras defendem estudo caso a caso

Responsabilizar menor depende de avaliação



O princípio básico adotado pela legislação brasileira – o de que pessoas de até 18 anos estão em fase de formação e por isso devem ser objeto de mecanismos de proteção – é o centro da polêmica em torno da maioridade penal. A filosofia contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a de que, ao agir, os menores de 18 anos não têm o mesmo grau de consciência que os adultos. Já os que querem a redução da maioridade asseguram que, com o fácil acesso às informações proporcionado pela sociedade tecnológica atual, um jovem de 16 anos sabe bem o que faz.

Alguns países, como a Inglaterra, adotaram o critério de examinar o infrator caso a caso, para confirmar se aquele menor tem ou não consciência do caráter criminoso da conduta. Tal apuração envolve aspectos psicológicos, psiquiátricos, sociológicos, jurídicos, para os quais, certamente, o sistema brasileiro atual não está capacitado a atender.

A psiquiatria define com bastante clareza, pela análise da personalidade de cada indivíduo – adulto ou não –, a eventual propensão à prática de delitos e comportamentos criminosos. Um de seus quadros mais graves

na infância e na adolescência é o chamado transtorno de conduta (TC), caracterizado por um padrão repetitivo e persistente de conduta anti-social, agressiva ou desafiadora, por no mínimo seis meses.

Quanto mais intenso o comportamento agressivo na infância, maior a probabilidade de ocorrer comportamento delinqüente ou francamente criminoso na fase adulta. A presença de sintomas de TC na infância ou na adolescência (o que é mais comum) é um mau sinal, pois prevê delinqüência na vida adulta.

Os portadores de problemas graves de personalidade, tais como a sociopatia e a psicopatia, não costumam ser beneficiados por medicações, e atividades como sócio e psicoterapia têm efeito bastante limitado. É evidente, portanto, que um período de internação de três anos não tem efeito sequer paliativo. Para a perversidade inata, não há tratamento médico, não existe reeducação possível em três anos, e talvez nem sequer em 30 – ensina em um de seus artigos acerca da questão o professor e doutor em Psiquiatria Arthur Kaufman, da Faculdade de Medicina da USP.

Na visão do professor, o menor

que disponha de consciência, entendimento, discernimento, intenção, compreensão, ao praticar crime qualificado com requintes de crueldade, deve ser julgado imputável e responder em um primeiro momento dentro do ECA, recebendo assim sanção socioeducativa e, a partir do momento que atingir a maioridade, deve responder criminalmente. É o sistema aplicado nos Estados Unidos, onde o menor que pratica um homicídio pode inclusive ser condenado à prisão perpétua.

Com ele concorda o professor

Jorge Wohney Ferreira Amaro, colega da Faculdade de Medicina da USP, para quem a pergunta que deve ser feita é se o jovem está consciente e tem condições de compreender o seu ato criminoso.

Quando não está afetado por delírio, alucinações ou confusão mental, o adolescente sabe que aquele ato é criminoso e que poderá ser punido. Jovens com transtornos de personalidade anti-social não irão, em apenas três anos, recuperar-se. Requerem um tratamento socioterápico de longa duração em meio apropriado – avalia Ferreira Amaro em seus estudos sobre o tema.

Não é possível recuperar sociopatas ou psicopatas em apenas três anos



Para os defensores da redução da maioridade, hoje um jovem de 16 anos sabe bem o que faz, porque tem fácil acesso a informações

As punições previstas

De acordo com a legislação brasileira, apenas as crianças até 12 anos são inimputáveis – isto é, não podem ser julgadas ou punidas pelo Estado. Se cometerem crime, nada sofrerão. De 12 a 18 anos, o jovem infrator é levado a julgamento numa vara da infância e da juventude e está sujeito a várias punições: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

A internação é a opção mais comum. Na prática, os estabelecimentos educacionais que a lei menciona são instituições

como a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), de São Paulo. Em geral, elas se assemelham mais a prisões do que escolas e foram concebidas antes do início da vigência do ECA, em 1990. A frequência à escola propriamente dita é obrigatória para os jovens que cumprem as penas em regime de liberdade assistida ou semiliberdade. O primeiro é aquele em que o adolescente não é internado em instituição alguma, mas deve se apresentar diariamente a um adulto designado para acompanhar seu comportamento. Em semiliberdade, o jovem infrator passa apenas um período do dia recolhido a uma instituição como a Febem.

Tema divide opiniões no Parlamento

No Congresso Nacional, a maioridade penal e mecanismos para livrar os jovens do crime ocupam as discussões há anos, porém, como na sociedade, o consenso é raro. Há seis propostas em tramitação no Senado defendendo, em

variadas versões, a redução da maioridade penal. A Câmara vai apreciar projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), já aprovado pelo Senado, que amplia em até um terço a pena para o adulto que utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente na prática de crimes. Para ele, o foco do PLS 118/03 é muito mais eficaz do que reduzir a maioridade penal para 16 anos.

Mercadante considera fracassa-

do do sistema de internação adotado hoje pela Febem de São Paulo e defendeu a adoção de um modelo que inclua a divisão da instituição em duas: uma para atender os que estão em liberdade assistida e outra para tratar o jovem recluso, em unidades com no máximo 45 pessoas.

Favorável ao projeto de Mercadante e contra a redução da maioridade penal, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), presidente da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, não considera justo penalizar mais uma vez a juventude que, para ela, não teve sequer a oportunidade de uma boa escola.

– É preciso dar, em vez de punição, uma oportunidade – afirma

Patrícia Saboya.

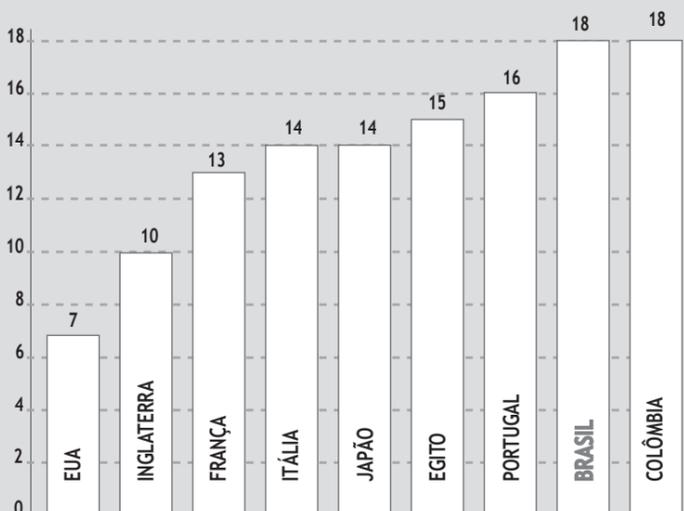
O combate à violência juvenil deve ser feito com a aplicação das medidas socioeducativas em liberdade, em vez da internação em centros de recuperação e correção, acredita o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

– Motins e revoltas demonstram, antes de tudo, a ineficácia das medidas socioeducativas de privação de liberdade no tratamento do adolescente infrator – disse Zambiasi.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), por sua vez, propôs, por emenda constitucional, a antecipação da maioridade penal nos casos de crimes hediondos ou lesão corporal de natureza grave, desde que o menor apresente idade psicológica igual ou superior a 18 anos e pleno entendimento do caráter ilícito de seu ato.

Projeto de Mercadante aumenta pena de quem usar menor em crime

IDADE PENAL NO MUNDO



Fonte: Crime Trends, relatório da ONU de 2005.

Maioridade aos sete anos? Nos EUA é assim

Alguns países, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, consideram a gravidade do delito mais importante do que a idade do autor. Depois da tragédia de Columbine, em 1999, quando alunos de uma escola no estado de Colorado mataram vários colegas e depois cometeram suicídio, a Justiça norte-americana não vem se furtando até mesmo a aplicar a pena de morte a crianças. Lá, em muitos estados, a maioridade penal agora se dá

aos sete anos.

Essa idade, porém, é uma exceção, ainda que seguida relativamente de perto por outros países (veja o quadro ao lado). A maioria das nações da Europa e das Américas adota legislação especial para menores de 18 anos. Alemanha e Espanha elevaram recentemente para 18 a idade penal e a primeira criou ainda um sistema especial para julgar os jovens de 18 a 21 anos.

Dados da ONU, que realiza

a cada quatro anos a pesquisa Crime Trends (Tendências do Crime), revelam que são minoria os países que definem o adulto como pessoa menor de 18. Das 57 legislações analisadas, apenas 17% adotam idade menor do que 18 anos como critério para a definição legal de adulto. Nesse grupo, com exceção de EUA e Inglaterra, todos os demais são considerados como de médio ou baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

SEGURANÇA PÚBLICA Seis propostas de emenda constitucional sugerem mudança, mas o tema divide senadores

Deve-se reduzir a maioria penal?

O **Jornal do Senado** publica as opiniões dos senadores Magno Malta (PL-ES) e Heloísa Helena (PSOL-AL) sobre a redução da maioria penal – ele, favorável; ela, contrária. Ambos concordam, porém, em um ponto: é necessário melhorar as condições dos centros de ressocialização e reeducação, como as Febems, para onde são encami-

nhados os adolescentes infratores.

Uma das conseqüências imediatas do aumento da violência registrado especialmente nos grandes centros urbanos brasileiros é a proposta de redução da maioria penal, hoje fixada pelo artigo 228 da Constituição. Somente no Senado, são seis as propostas de emenda constitucional em tramitação que sugerem

a redução da idade a partir da qual o cidadão responde penalmente por suas ações (PECs 18/99, 20/99, 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04).

Uma delas, do senador Magno Malta, propõe que a lei seja a mesma para adultos e adolescentes a partir dos 13 anos. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador

Demostenes Torres (PFL-GO), defende a aprovação da PEC 9/04, do senador Palácio Paes (PSDB-AP), que determina a redução da maioria para os 14 anos, desde que exames técnicos comprovem que o adolescente compreende o caráter ilícito do ato por ele cometido. O relatório está pronto para votação desde outubro de 2004.

SIM



Senador destaca que medidas como a terceirização de centros de ressocialização de jovens, com atuação da igreja, poderão esvaziar unidades da Febem

NÃO



Senadora considera fundamental que a sociedade faça uma reflexão sobre os mecanismos necessários para a recuperação de jovens infratores

Magno Malta defende imputabilidade aos 13 anos

“Vamos pegar uma criança e colocar num presídio cheio de marginais?” Essa é a principal pergunta feita por quem questiona minha proposta de redução da maioria penal. Porém, quando penso nessa alteração na Constituição, penso num conjunto de mudanças que passa justamente por alterações no sistema penitenciário brasileiro.

Nos centros de ressocialização que existem hoje, via de regra, o sujeito vira um bandido pior do que entrou, como, aliás, acontece também nas penitenciárias superlotadas e subumanas pelo Brasil afora. É preciso que tenhamos presídios especializados de modo a dar condições às pessoas de, por exemplo, aprender a assinar seu nome, cursar a universidade, trabalhar, sustentar-se e até ressarcir o Estado e a família de suas vítimas.

Entre as medidas para que essa mudança ocorra, entendo que pode haver a terceirização de presídios com uma série de regras, de modo que o preso esteja sempre ocupado, com trabalho ou estudo.

Quando falo em terceirização dos centros e postos de ressocialização de jovens, falo em entregar isso à iniciativa religiosa. Para tratar com gente, é preciso ter sentimento sacerdotal, é preciso que haja uma disposição interior do indivíduo, de doação. Onde professo a minha fé, por exemplo, poderíamos pedir que tomassem conta de dois meninos. Uma resposta positiva a esse pedido é bastante provável. Então, se as igrejas assumissem as crianças, as Febems seriam esvaziadas.

É verdade que há meninos de 16, 17 anos, de alta periculosidade, que são homens feitos, que hoje dizem: “Ninguém põe a mão em mim porque sou criança”. Quem estupra, quem mata um pai de família e o chama de vagabundo não pode ser chamado de criança. Salomão escreveu: “Alegra-te, jovem, na tua mocidade, mas sabes, porém, que de todas essas coisas

Deus te pedirá conta”. É o limite. Então, qual é o limite?

Assim, minha proposta é considerar plenamente imputáveis os adolescentes maiores de 13 anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. Na verdade, essa proposta é para suscitar um debate, porque entendo que esse limite deveria ser reduzido a zero. Assim, o cidadão brasileiro que atentasse contra a integridade física de seu semelhante, com crime de sangue, de natureza hedionda, perderia o direito à menoridade, e pagaria as penas da lei. E não estou falando somente dos filhos de pobres, mas também dos filhos dos ricos, dos “mauricinhos”. É bom lembrar que muitos países reduziram a idade de imputabilidade. Na França, começa a partir dos 13 anos; na Itália, aos 14 anos; na Inglaterra, aos dez anos. Portanto, vemos

“Países avançados também estão tomando suas providências”

.....

que países avançados, onde a violência também tem se ampliado, já estão tomando suas providências. Um homem de 17, de 16 anos, pode gerar um filho, votar, e pode, também, responder criminalmente. Dizer o contrário é hipocrisia.

Para finalizar, gostaria apenas de lembrar que batizei a minha proposta de “PEC Liana Friedenbach”, a jovem de 16 anos que, em novembro de 2003, foi estuprada e abusada durante três dias e, então, assassinada a facadas por um rapaz da mesma idade, de codinome Champinha. Esse rapaz confessou o crime e saiu-se com essa: “Eu fico aqui no máximo um ano, e depois estou na rua porque sou ‘de menor’”. A impunidade é o adubo da violência.

Se realizarmos um plebiscito, certamente ele dirá que quer essa decisão sancionada pelas duas Casas do Congresso. É preciso mudar a legislação e dar os instrumentos à sociedade brasileira, para que se possa responder a quem nos elegeu, sentir a sua dor, chorar a sua lágrima e viver o seu sofrimento.

Para Heloísa Helena, estatuto precisa ser bem aplicado

Há milhares de mães e pais brasileiros que ficam profundamente sensibilizados com o debate acerca da redução da maioria penal. Refiro-me especialmente àqueles que vivenciaram uma tragédia particular, na família, em que viram entes queridos assassinados. Imagino a dor dessas pessoas, até mesmo porque meu irmão mais velho foi assassinado covardemente. Para essas pessoas, fica muito difícil refletir de maneira diferente.

Em situações emocionais como essas, apresentar uma concepção que se choca com a vontade da maioria – geralmente alardeada pelos meios de comunicação como panacéia para todos os males – não é fácil, mas acho que temos obrigação de fazê-lo.

Reconheço que há pessoas que, por convicção ou concepção, entendem que deve haver redução da maioria penal. Chamo a atenção, no entanto, de que outras pessoas – até para se aproveitarem do momentâneo senso comum, por demagogia – tentam trazer para si a paternidade de “soluções mágicas” para essas questões candentes nos meios de comunicação.

Passam à opinião pública, então, que o jovem foi tragado pela marginalidade como último refúgio, para escapar da miséria, da humilhação e do desemprego ou não conseguiu respeitar as normas estabelecidas na vida em sociedade.

Tal argumento não pode servir como desculpa, até porque há crianças e jovens pobres no país que resistem efetivamente à marginalidade. Resistem também ao mundo individualista e consumista, pois muitos que caem no mundo do crime o fazem para se sentirem aceitos pelos bens que possuem, conforme as normas estabelecidas na vida nesta sociedade capitalista.

Antes de tudo, é preciso refletir sobre o que acontece a um adolescente caso ele cometa um crime. É importante deixar claro que aqueles que não atingiram a maioria penal, quando cometem crimes

hediondos, contra a vida, ficam privados de liberdade em “centros de recuperação” até completarem 21 anos. Na prática, os centros de recuperação não recuperam ninguém. Como a maioria dos presídios, esses centros podem servir como porta de entrada para a marginalidade.

É fundamental refletirmos sobre os mecanismos necessários à recuperação desses jovens. Este debate deve olhar, com responsabilidade, o que se passa no imaginário da criança ou do adolescente, ou seja, se esse jovem é, ainda, criança ou

adolescente; e se consegue ou não planejar, controlar os seus impulsos. Esse tipo de dúvida impede que se dê a eles o tratamento que é dado nas penitenciárias em que se transformaram os chamados centros de recuperação.

A partir daqui, chamo atenção para a diferença de tratamento que o Estado dá para seus filhos pobres e seus filhos privilegiados. Argumenta-se que deve haver a diminuição da maioria penal para que os possíveis infratores saibam o que lhes pode acontecer. Ora, no Brasil, um filho da pobreza sabe, muito melhor que os filhos das classes privilegiadas, o que lhe pode acontecer se praticar um crime. Isso porque muitos dos filhos dos mais ricos matam sem risco, sem temor, porque suas famílias terão bons advogados e têm maior probabilidade de ficarem livres. O filho da pobreza, não. Quando ele entra na marginalidade, ele já viu os seus amigos serem assassinados, já ouviu relatos do que acontece nos centros de recuperação e nas cadeias, já sabe do abuso sexual.

Então, o que se vê é que o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando aplicado pelas autoridades, não protege o filho da pobreza, condenado a ficar privado de sua liberdade nos tais centros de recuperação. É o tipo de atenção previsto por uma verdadeira aplicação do estatuto que a nossa juventude merece, não a sua possível criminalização precoce.

“Na prática, os centros de recuperação não recuperam ninguém”

.....

INFÂNCIA Comissões debatem criação da Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância

O bom cidadão se forma no berço



O período que vai de zero a seis anos de idade é fundamental para a formação de um cidadão pleno, capaz de buscar seu bem-estar na sociedade, livre da violência. Essa foi a opinião manifestada pelos participantes da audiência pública realizada para discutir o projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância (PLS 340/05), promovida pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) a pedido das senadoras Patrícia Saboya (PSB-CE) e Fátima Cleide (PT-RO).

Segundo o pediatra e neonatologista Laurista Corrêa Filho, o bebê já nasce pronto para interagir com o meio ambiente porque passa por um “treinamento uterino”. Ele explica que a organização do cérebro é única e pessoal e que, com apenas quatro meses de vida uterina, o feto já produziu a maioria dos seus neurônios e o cérebro está praticamente formado. Por isso, para ele, a experiência uterina é fundamental, mas é igualmente importante a experiência que as crianças adquirem nos primeiros anos de vida, principalmente antes dos três anos de idade.

– As crianças que sofrem abuso ou negligência não desenvolverão uma relação segura com seus cuidadores. Mesmo em termos físicos, somos beneficiados pelo afeto dos outros – afirmou o médico.

Para o psiquiatra e presidente da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Adolescência, Família e Profissões Afins (Flapia), Salvador Célia, a sociedade precisa desenvolver a “cultura do apego”, que é trabalhar as boas relações entre o

bebê, desde a vida uterina, com seus cuidadores, que são, segundo ele, os pais e responsáveis, mas também os pediatras, entre outros.

– A cultura do apego é muito importante. Ela compreende uma série de ações, como um acompanhamento mais profundo e personalizado no pré-natal, um parto mais humanizado, uma maior presença do pai, creches de bom nível e a definição de uma série de políticas públicas voltadas para a primeira infância – explicou o psiquiatra.

Vários fatores podem determinar adulto violento

Da mesma opinião compartilha o pediatra e professor de Pediatria da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Márcio Lisboa. Para ele, a violência é previsível e muitos dos seus fatores determinantes aparecem já na gravidez – como gestação não desejada –, e decorrem de mau exemplo adquirido no ambiente familiar – como desestruturação do lar, falta de limites e de disciplina, baixa auto-estima e privação materna.

– O período mais crítico da formação do ser humano vai da concepção aos seis anos



Atenção total às crianças, especialmente até os seis anos, é recomendada por médicos como antídoto para a violência

de idade. Ou as providências necessárias são tomadas até essa idade-limite ou então o corrupto está formado – afirmou.

Ele defendeu o acesso das crianças ao lazer e à escola como forma de prevenção. E reivindicou a instalação de lares substitutos e abrigos públicos, como orfanatos, para crianças em situação de risco social.

É também preciso evitar que a criança seja privada da convivência materna, disse.

– Estamos separando muito as mães das crianças com a ida precoce para as creches. A personalidade é formada até os seis anos. Nesse período, o cuidado é fundamental.



Fátima Cleide critica falta de políticas públicas voltadas para primeira infância

Semana Nacional seria pontapé inicial

O projeto de Simon institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância entre os dias 12 e 18 de outubro como forma de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre zero e seis anos de idade para a formação de um cidadão mais apto à convivência social. Seria, então, uma forma de combater a violência preventivamente.

De acordo com o espírito da proposta, durante a semana, governos e sociedade civil desenvolveriam atividades para debater as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções, levando enfim a ações nas áreas de saúde, educação e cidadania. A proposta está na Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa. Em seu voto a favor do projeto,

a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) lembra que os pais vítimas de violência doméstica reproduzem nos filhos os maus-tratos que sofreram.

– Para quebrar esse círculo vicioso, é necessária uma atuação vigorosa do governo e da sociedade, tanto no tratamento dos agressores quanto na prevenção e nos cuidados médicos às vítimas, considerando não apenas os traumatismos físicos, mas também as seqüelas psicológicas decorrentes da violência – afirma Patrícia.

Com qualidade afetiva na primeira infância, o futuro indivíduo teria uma atitude mais madura com relação à violência, com possibilidade de reagir a frustrações, de melhor inserir-se na sociedade e de resolver conflitos de maneira pacífica.

Senadores cobram políticas adequadas

Na audiência pública, os senadores cobram mais atenção do governo para a faixa etária de zero a seis anos de idade. Segundo Pedro Simon (PMDB-RS), quando o poder público tiver consciência da importância de criar políticas públicas exclusivamente para a primeira infância, muitos problemas serão evitados em vários campos.

– Infelizmente, essa faixa etária de zero aos seis anos não é considerada importante. Apenas recentemente o governo está dando importância à pré-escola – afirmou o senador gaúcho, que considera que a criação de uma semana para discutir o assunto traria conseqüências objetivas.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) também lamentou a ausência de políticas públicas voltadas para a primeira infância e disse que os governos devem combater a violência não apenas com medidas punitivas, mas com ações de prevenção.

– Precisamos investir mais recursos na

educação, ampliar a licença-maternidade, aprovar o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação] e o projeto do Simon – destacou.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a paternidade responsável, que, segundo ele, é um tipo de orientação específica para que o homem seja incluído em todas as questões que envolvem a primeira infância.

– Discute-se muito a questão da mulher, mas o homem também tem que ser incluído nesse debate. É preciso responsabilizar o Estado por esse assunto – afirmou Zambiasi.

Na opinião da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), é necessário que o Estado tome providências imediatas para adotar as crianças antes que o narcotráfico e a prostituição o façam, “arrastando-as para o submundo”.

Maus-tratos deflagram violência

Estudos recentes demonstram que grande número de criminosos sofreram maus-tratos, abuso sexual e negligência na primeira infância. Para contornar esses problemas, além da assistência aos pais, o senador Pedro Simon sustenta que a ação da comunidade, por meio da sociedade civil e das instituições públicas, pode levar a uma readaptação do indivíduo à convivência em sociedade antes que isso não seja mais possível.

Para embasar sua afirmação, Simon apresentou estudo com base em pesquisa da organização não-governamental Fighth Crime: Invest in Kids com adultos que sofreram abuso quando crianças, que estima que 3.100 de 77.860 crianças abusadas ou negligenciadas serão criminosos violentos no futuro. O caminho, continua o senador, seria que elas recebessem, a tempo, bom

atendimento em creches ou o sistema de saúde.

– Estudos mostram que o ser humano que não recebeu amor nessa fase da vida certamente não terá capacidade para amar – escreveu Simon.

A solução seria ampliar a prioridade e os investimentos em políticas públicas para os mais jovens. Outro estudo da ONG citada por Simon calcula que para cada dólar gasto em um atendimento de qualidade na

infância outros US\$ 7 de gastos no sistema policial e prisional são poupados.

Mas segundo pesquisa da Unesco, o gasto por aluno em pré-escolas públicas é de apenas US\$ 820 por ano no Brasil. Na Alemanha, esse gasto é de US\$ 5.277. De acordo com o estudo, o gasto por aluno no ensino superior público brasileiro é 12 vezes maior do que o gasto com pré-escola.

Gasto anual por aluno em pré-escolas é de **820** dólares

Agressões começam dentro de casa

Apesar de reconhecer que faltam dados sobre violência na primeira infância, estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostram que 80% das agressões físicas contra crianças e adolescentes são feitas por parentes próximos.

Para que possa haver maior ação na prevenção desse tipo de violência, o Unicef busca a integração de bancos de dados de instituições públicas nacionais para conseguir, além do registro dos casos de abuso, caracterizar como e onde eles acontecem. Somente assim o poder público conseguiria preparar

profissionais de saúde e de educação sobre sinais de violência nas crianças e, assim, encaminhar as vítimas para centros especializados.

Nesse sentido, as organizações internacionais entendem que a escola é o melhor local para prevenir esse problema. O Unicef, por exemplo, quer que a violência seja um tema incluído nos currículos escolares. Além disso, estudos de posse da entidade apontam que meninas alfabetizadas e preparadas para o mercado de trabalho são menos vulneráveis a situações de violência familiar, exploração sexual e tráfico.

TRABALHO INFANTIL Especialistas e senadores discutem medidas para assegurar às crianças o direito à infância

Tolerância social dificulta erradicação



Ainda que os dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentem uma redução significativa no trabalho infantil no Brasil, a tolerância cultural da sociedade brasileira com relação ao trabalho precoce concentrou a atenção dos participantes da audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a proteção ao trabalhador adolescente.

A sugestão comumente difundida de que o trabalho de crianças e adolescentes é uma solução aceitável para a superação da pobreza das famílias contribuiu, segundo os especialistas, para a resistência da sociedade a compreender que, de uma forma geral, o trabalho precoce é nocivo para o futuro das crianças e, conseqüentemente, do país.

– Precisamos romper com essa falácia. Algumas autoridades se vangloriam de ter sido trabalhadores quando crianças, na linha “eu trabalhei e olhem onde estou”. É importante que essas pessoas não utilizem isso como conquista. O paradigma hoje é outro. Agora o trabalho infantil é tido como pernicioso – disse Pedro Américo, coordenador no Brasil do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) também condenou os que “estufam o peito” para dizer que trabalharam na infância. Essas pessoas, como enfatizou, podem até comemorar o fato de terem passado pela experiência sem maiores danos, numa fase da vida

crucial ao pleno desenvolvimento das conexões cerebrais. Mas a senadora observou que ela própria enfrentou essa circunstância, dedicando períodos inteiros de férias ao trabalho na lavoura.

– O fato de termos trabalhado pode ser uma lembrança do que passamos e superamos, mas o trabalho não deve ser o destino de uma criança – afirmou.

Presidente da CDH, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a existência de crianças em trabalho precoce demonstra que a Lei do Ventre Livre ainda não tem validade prática no país.

Trabalho precoce é nocivo para o futuro das crianças e do país

O debate reuniu representantes de organizações do mundo do trabalho e empresarial, além do Ministério Público do Trabalho.

Falando pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria Isabel da Silva cobrou o fortalecimento dos conselhos municipais e estaduais de defesa da criança e do adolescente. Esses conselhos, destacou, são importantes para a fiscalização e cobrança de políticas de combate ao trabalho precoce, mas ainda não estão completamente disseminados e, quando existem, encontram-se em situação que classificou de calamitosa.

Representando a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Norma Avelar listou as ações desenvolvidas pela entidade, entre as quais a capacitação de cerca de 40 mil caminhoneiros, para prevenir e combater a exploração sexual de adolescentes nas estradas.

Em sintonia com o que apontam relatórios de organizações internacionais sobre o assunto, Norma Avelar observou, porém, que o combate ao trabalho precoce exige mudanças na própria distribuição de riquezas no país.



Cristovam Buarque pondera que a Lei do Ventre Livre ainda não se aplica a todos



Representando a CUT, Maria Izabel da Silva cobrou o fortalecimento dos conselhos



Pedro Américo, da OIT: trabalho na infância não deve ser motivo de orgulho

FOTOS: JANE ARAÚJO

Para OIT, país deve manter esforço

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado em maio aponta o Brasil – ao lado da China – como um dos países que registrou maior recuo do trabalho infantil no mundo. Ainda assim, a OIT reconhece que há um longo caminho a percorrer e sugere medidas específicas para retirar ainda mais crianças do trabalho, para que tenham uma perspectiva de futuro potencialmente melhor.

– Com base nessa análise, pode-se dizer que o trabalho infantil seguirá sua tendência de diminuição nos próximos anos, caso se mantenham e se incrementem as ações e políticas públicas nas áreas de direitos humanos, educação, promoção

social, redução da pobreza, trabalho e emprego, e das políticas afirmativas relacionadas aos temas de gênero, raça, etnia, entre outras. Definitivamente a prevenção e a eliminação do trabalho infantil estão transversalizadas na agenda política do país, de empregadores e trabalhadores – afirma o *Suplemento ao Relatório Global 2006* da OIT.

Ainda segundo o documento, algumas regiões ainda precisam de maior atenção porque, além de estarem comparativamente em desvantagem em relação às outras, apresentam menor

tendência de diminuição do trabalho infantil. De forma geral, o relatório é categórico: “O país está demonstrando que ações sociais que consigam universalizar a educação e que apoiem a manutenção da estrutura familiar, por exemplo, levarão a menores índices de trabalho infantil”.

No entanto, a OIT alerta que o número de crianças trabalhando no Brasil “ainda é muito alto e demandará esforços diferenciados para se identificarem formas invisíveis de trabalho infantil e também mecanismos de diminuí-lo mais rapidamente”.

Algumas regiões apresentam menor redução do trabalho infantil

Renda familiar, escola e presença dos pais

O relatório da OIT demonstra que, quanto maior a renda domiciliar, a frequência à escola e a presença dos pais em casa – notadamente da mãe –, menor a tendência de a criança trabalhar precocemente.

O levantamento aponta que os programas de transferência de renda são importantes na redução do trabalho infantil, especialmente na faixa que vai dos cinco aos nove anos, com menor efetividade na faixa dos dez aos 17 anos.

Quanto à correlação entre o trabalho infantil e a frequência escolar, o relatório da OIT demonstra que a proporção de crianças que não estudam e que trabalham é mais do que o dobro do que a daquelas que são assíduas na escola.

– Pode-se afirmar que políticas sociais que visem à manutenção das crianças na escola e seu sucesso escolar, conjugado com melhoria dos rendimentos familiares, têm um alto impacto na redução do trabalho infantil

– afirma o documento, em clara referência às políticas adotadas no Brasil nas últimas décadas.

No que diz respeito à presença da mãe em casa, a OIT incentiva programas relacionados à estruturação das famílias que consigam manter as mães junto aos filhos, tais como creches e pré-escolas. Nesse sentido, a entidade sugere a promoção da educação em período integral, estratégia que permitiria o aumento no ritmo de queda do número de crianças ocupadas.

Divergências sobre idade ideal para o trabalho

Segundo pesquisa encomendada pela OIT e pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) junto ao Ibope, realizada em março deste ano, 56% dos entrevistados afirmaram que a idade ideal para trabalhar é 16 anos e outros 19% apontaram os 15 anos.

A diferença entre a percepção dos mais jovens e dos mais velhos medida na pesquisa indica que a mudança de cultura é perceptível nas gerações mais novas. Entre os entrevistados de 16 a 24 anos de idade, 78% consideram que a idade ideal está

na casa dos 16 anos ou mais, sendo que 30% prefeririam que o início da vida laboral se desse aos 18 anos de idade. Já entre os entrevistados com mais de 50 anos, 38% afirmaram que a idade ideal é de 16 anos ou mais.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, 75% das pessoas com nível superior consideram que o cidadão deveria começar a trabalhar depois dos 16 anos, índice que cai para 39% entre as pessoas com até quatro anos de educação formal. Diferenças significativas de opinião também são registradas entre as

regiões do país.

– Esta pesquisa permite verificar que o comportamento da opinião pública sobre os padrões culturais de tolerância à exploração de crianças e adolescentes está mudando significativamente. E nessa conquista o papel da imprensa tem sido determinante na mobilização da opinião pública, na qualificação do debate e na proposição de alternativas. Da tolerância e cumplicidade no passado, a sociedade brasileira hoje quer suas crianças longe da exploração do trabalho infantil, em especial das suas piores formas – analisa o *Relatório Global 2006* da Organização Internacional do Trabalho.

O que diz a legislação

De acordo com a OIT, o Brasil tem registrado avanços nos últimos anos, que vêm contribuindo para a redução do trabalho infantil no país. Entre as leis aprovadas recentemente pelo Congresso, destacam-se:

| Lei | O que diz |
|--|---|
| Inciso XXXIII, art. 7º da Constituição de 1988 | Proíbe expressamente o trabalho para menores de 16 anos, salvo o de aprendiz, a partir dos 14 anos. |
| Artigo 67 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) | O trabalho, inclusive o doméstico, só é permitido a partir dos 16 anos, desde que não traga prejuízos à integridade física, psíquica, emocional e moral do adolescente, sem prejudicar suas atividades escolares, ou seja, não pode haver jornadas longas ou noturnas. Os direitos trabalhistas, como assinatura da carteira de trabalho, salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, 13º, entre outros, devem ser assegurados. |
| Lei 10.097/00 (Lei do Aprendiz) | Obriga médias e grandes empresas a contratar aprendizes num total que atinja entre 5% e 15% de sua força de trabalho. Os adolescentes de 14 a 18 anos incompletos devem estar cursando ou ter diploma do ensino fundamental. A aprendizagem deve prever formação técnico-profissional caracterizada por atividades teóricas e práticas. |
| Lei 10.748/03 (cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego) | Cria mecanismos para promover a inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho, além de incentivar sua escolarização. |
| Lei 10.940/04 (incentivo ao primeiro emprego) | Aumenta o valor do incentivo às empresas que participam do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, entre outras facilidades operacionais. Cria um sistema de informações envolvendo as delegacias regionais do Trabalho e os consórcios sociais da Juventude, além dos postos do Sistema Nacional de Empregos (Sine). |

Percepções diferentes entre entrevistados mais jovens e mais velhos

COMISSÕES

CCJ aprova nova política antidrogas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo ao projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e define medidas de prevenção ao uso de entorpecentes (PLS 115/02).

A proposta estabelece que a autoridade judicial poderá determinar a detenção do usuário, no período de seis meses a dois anos, diante do descumprimento das penas de advertência, prestação de serviços à comunidade ou comparecimento a programa educativo, conforme emendas apresentadas pelos senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Magno Malta (PL-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria será examinada pelo Plenário em regime de urgência, conforme pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

O projeto, que teve origem no Senado e foi relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), tramitava no Congresso desde 2002 e dividiu a opinião dos parlamentares durante a votação na CCJ que aprovou o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. O texto final, de acordo com Romeu Tuma, fixa as diretrizes das políticas públicas sobre drogas, incorporando novos

valores ao enfrentamento de um problema tão complexo, como a proposta de instituir penas menos estigmatizantes para o usuário de entorpecentes.

O relator destaca que o projeto inclui os familiares do usuário como alvo das políticas públicas de atenção e reinserção social, além de impedir a prisão automática do acusado de tráfico ilícito de drogas, como previa a proposição original. Em seu relatório, Tuma também

Prisão não é local apropriado para usuário de drogas, afirma Romeu Tuma

frisa que o projeto mantém o rito dos julgados especiais na avaliação dos casos de consumo indevido de drogas. Segundo ele, o encaminhamento do usuário ao juízo especial criminal segue a linha de não-estigmatização e da eficiente resolução dos conflitos de menor potencial ofensivo. A prisão, disse o relator, não é o lugar apropriado para o usuário de drogas, que deve ser alvo de medidas de caráter educativo, e não do encarceramento.

Tuma ressalta ainda a convivência de dois diplomas legais que tratam do combate ao consumo de drogas. Segundo ele, a Lei 6.368/76 ainda permanece válida em relação à definição dos crimes e das penas, enquanto a Lei 10.409/02, também em vigor, regula o procedimento penal.



Romeu Tuma, entre Rodolpho Tourinho (E) e Demostenes Torres, relatou o projeto. De pé, Magno Malta

Projeto acende debate sobre a legalização

Durante a votação do projeto, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ser totalmente favorável à legalização das drogas. Segundo ele, a repressão é um equívoco e viola o direito inalienável da pessoa humana de “fazer o que quiser da sua vida”, inclusive consumir drogas ou cometer suicídio. O senador destacou como pontos positivos da proposição os que prevêm o tratamento dos usuários e a reinserção social dos dependentes de drogas.

– O câncer do narcotráfico só será extirpado com a legalização das drogas. O tráfico corrompe policiais, políticos e magistrados.

Há pessoas com tendências a consumir drogas, o que não é o meu caso nem o de meus familiares. Deveria ser criado um fundo de contribuição social sobre a fabricação e venda de drogas, que seria destinado ao tratamento de usuários. O projeto só ratifica um trágico erro de sociedades de todo o mundo – afirmou.

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) disse concordar com Jefferson Péres, enquanto Magno Malta declarou ser contrário ao ponto de vista do senador pelo Amazonas, destacando que há 25 anos trabalha na recuperação de dependentes de drogas, em Vitória (ES).

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) observou que os usuários de entorpecentes merecem tratamento especial do Estado.

Emenda apresentada também por Demostenes Torres suprimiu do projeto o artigo que incriminava as pessoas que, para consumo pessoal, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, cultivassem ou colhessem plantas destinadas à preparação de drogas.

Entre as atribuições do Sisnad, estão a de contribuir para a inclusão social do cidadão e a de promover a integração entre as políticas de prevenção ao uso indevido de drogas.

Garrafas conterão alerta contra contaminação

As embalagens de bebidas poderão conter a advertência “mantenha limpa”, de acordo com substitutivo ao projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Com a proposta, o autor pretende evitar que os consumidores sejam contaminados ao ingerirem bebidas diretamente na embalagem. O senador adverte que, durante o transporte e armazenamento, as embalagens podem ficar sujas com detritos de insetos ou roedores.

O PLS 16/04, que recebeu decisão terminativa, recomenda ainda que, se possível, as empresas acrescentem proteção adicional às embalagens. O relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), não concordou com o projeto apresentado inicialmente, que determinava a adição de uma tampa plástica a todas as embalagens de bebidas. Para Guerra, a obrigação de tampa plástica adicional poderia criar dificuldades e muita confusão do ponto de vista industrial. Segundo ele, não há comprovação do risco de contaminação pela ingestão de bebidas diretamente na embalagem e existem outras questões sanitárias mais urgentes no país.



Paim, Valadares, Flexa Ribeiro e Flávio Arns posam com carteiros após aprovação do projeto

Carteiros garantem adicional de periculosidade

A CAS aprovou, em decisão terminativa, o PLS 82/03, que concede adicional de periculosidade aos carteiros. O projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), destacou que os carteiros trabalham em condições perigosas, pois estão frequentemente sujeitos a atropelamentos e a ataques de cães, por exemplo, além de serem obrigados, em

alguns casos, a atravessar rios e florestas para entregar a correspondência. Ele disse também que a população em geral admira e respeita esses profissionais.

Também foi aprovado pela CAS, em decisão terminativa, outro projeto do senador Paulo Paim, que dispõe sobre a profissão de ortoptista – profissional com graduação em ortóptica, habilitado à pesquisa e, mediante prescrição médica, ao diagnóstico e tratamento de distúrbios

óculo-sensório-motores.

Audiência sobre inclusão social

A comissão acolheu ainda requerimento do senador Eduardo Azeredo para realização de audiência pública sobre projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. Azeredo sugeriu que a consultora Andréa Schwarz participe do debate com os senadores.

Acolhida proposta que universaliza o parcelamento das férias

Na mesma reunião, na semana passada, a CAS aprovou substitutivo a projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estendendo aos trabalhadores menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos a possibilidade de fracionar suas férias.

De acordo com o projeto (PLS 116/03), que recebeu decisão terminativa na comissão, as férias poderão ser concedidas em até três períodos de no mínimo dez dias cada um, mediante acordo escrito, individual ou coletivo. Se a proposta for aprovada, os menores de 18 anos precisarão da assistência de seus responsáveis para tomar a decisão sobre o fracionamento.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que quase todas as convenções internacionais de trabalho prevêem a flexibilização das férias sem restrição de idade.

Flexa Ribeiro observou ainda que a proibição vigente do parcelamento aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos pode estar relacionada à idade com que as pessoas começavam a trabalhar e à expectativa de vida que prevalecia na década de 40, quando foi instituída a CLT.

COMISSÕES

Freio no assédio ao bolso dos aposentados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou voto do relator, senador César Borges (PFL-BA), favorável ao projeto que proíbe as instituições financeiras de praticarem publicidade de má-fé para atrair aposentados ao sistema de empréstimos consignados em folha de pagamento (PLS 161/05). A proposta do senador José Jorge (PFL-PE) ainda será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

José Jorge ressalta que, ao contraírem os empréstimos, os aposentados não são advertidos adequadamente da redução que sofrerão em seus rendimentos, o que ocorre com mais frequência entre a parcela menos esclarecida da população, para a qual o empréstimo será ineficaz diante das dificuldades e irá causar um transtorno ainda maior nos meses subsequentes.

– O projeto visa impedir a má-fé de alguns, que têm atraído a população brasileira com propagandas nos meios de comunicação, utilizando-se do expediente de contratar atores de grande capacidade e credibilidade pública, que apresentam o paraíso aos aposentados sem lhes mostrar o inferno que lhes virá depois – explica José Jorge.

A CCJ também aprovou voto favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto (PRS 27/06) que altera o Regimento Interno do Senado. As modificações foram elaboradas por comissão especial presidida pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), para

quem as mudanças adequarão o rito dos trabalhos legislativos à demanda dos novos tempos. As alterações, conforme Marco Maciel, poderão impedir as trocas de partido pelos parlamentares e modificações na composição da Mesa e comissões técnicas, pois as bancadas partidárias passarão a ser definidas a partir da proclamação dos eleitos, e não mais a partir da posse.

Multas de trânsito

A CCJ acolheu ainda voto favorável do relator ao projeto não terminativo que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e redefine as infrações por excesso de velocidade com base em novos patamares (PLC 28/04). A matéria é do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) e foi relatada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). De acordo com a proposta, as infrações passariam a admitir três níveis de gravidade: média, grave e gravíssima. O primeiro patamar abrangeria as velocidades com até 20% de excesso em relação à máxima permitida na via. O segundo, aquelas que excedessem a máxima entre 20% e 50%. O terceiro incluiria os excessos superiores a 50%. Os patamares fixados seriam aplicados indistintamente em todas as classes de vias.



José Jorge considera que publicidade usa de má-fé para seduzir aposentados

A comissão também aprovou voto favorável da relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agentes comunitário de saúde e de combate às endemias (PLS 41/06). A proposta vai à CAS, para decisão terminativa. Outros três projetos tiveram aprovação de pareceres favoráveis, todos em caráter não-terminativo: o PLC 85/05, que cria novos cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ); o que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz (PLC 138/05); e o que altera a nomenclatura do cargo de papiloscopista da Polícia Civil do Distrito Federal para perito papiloscopista (PLC 9/03).

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Comissão aprova indicado para diretoria da Antaq

Por unanimidade, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação do engenheiro Fernando Antonio Brito Fialho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A necessidade de melhorar o aproveitamento dos rios e do mar para o transporte de cargas no Brasil dominou o debate entre Fernando Fialho e os senadores durante o processo de votação. A indicação será analisada ainda pelo Plenário do Senado.

Favorável à indicação, o relator Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que Fialho tem todas as credenciais para ocupar o cargo de diretor da Antaq. O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) citou a experiência profissional de Fialho registrada em sua gestão de presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), de 2003 a 2005.

O presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), e os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Sibá Machado (PT-AC) e Serys Shlessarenko (PT-MT) também participaram do debate. O indicado para a Antaq destacou que o Brasil precisa desenvolver o transporte aquaviário tanto para melhorar a capacidade de competir no mercado internacional, quanto para distribuir produtos no mercado nacional a preços mais baratos.

Para justificar a necessidade de baratear os custos também do transporte no mercado in-

terno, Fialho citou o caso do arroz produzido no Rio Grande do Sul e vendido para os estados do Nordeste e do Norte. O indicado afirmou ainda que a preservação do ambiente, no transporte aquaviário, deve ser vista como fator do desenvolvimento sustentável e não como um problema a ser contornado. A revitalização do rio São Francisco é um dos projetos nesse sentido, disse Fialho.

Ao responder a pergunta de Heráclito Fortes sobre a eclusa de Tucuruí, Fialho sugeriu que a comissão promova mudanças na legislação para tornar obrigatória a inserção de eclusas nas hidrelétricas construídas nos rios navegáveis. Ele ressaltou que a hidrelétrica de Tucuruí custará 30% a mais pelo fato de a eclusa não ter sido incluída no projeto original da barragem.



Fernando Fialho, indicado para dirigir a Antaq, terá o nome submetido ao Plenário

Novo embaixador do Brasil na Suécia é aprovado pela CRE

O nome do embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para assumir a embaixada do Brasil na Suécia, cumulativamente, com a da Letônia. Mena Gonçalves exercia a função de embaixador na Bolívia quando o presidente Evo Morales decretou a nacionalização das reservas de petróleo e de gás, no dia 1º de maio, e foi substituído pelo embaixador Frederico Cezar de Araújo.

Mena Gonçalves, licenciado em Língua Inglesa e bacharel em Direito, nasceu em Niterói, no Rio de Janeiro. Já serviu na embaixada de Ancara (Turquia), no consulado geral de Milão (Itália) e nas embaixadas brasileiras em Washington (EUA) e Caracas (Venezuela). Ocupou o posto em La Paz desde 2003. Chefiou várias vezes as delegações brasileiras enviadas a reuniões e conferências internacionais,

onde se destacam o Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela sobre cooperação para a construção da rodovia BR-174, em 1988, e a Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, em 2000 e em 2002.

São Paulo concentra indústrias suecas

Em sua exposição, Mena Gonçalves traçou um histórico desde a origem do país, que tem 9 milhões de habitantes. Disse que o Brasil é um dos principais destinos dos investimentos suecos e que São Paulo é a segunda maior cidade com concentração de indústrias suecas no mundo, abrigando empresas como Ericsson, Volvo, Scania, Electrolux e Fiat Lux. Do Brasil, a Suécia importa matérias-primas como café, soja e carne, mas também manufaturados, como aviões e álcool. A balança comercial ainda é favorável à Suécia: o Brasil vende US\$ 546 milhões e



Indicado por Lula, Mena Gonçalves muda-se de La Paz para Estocolmo

compra US\$ 912 milhões.

A economia do país é de base capitalista, apesar da forte presença do Estado. A máquina pública é sustentada por impostos elevados, que somam 50% do produto interno bruto (PIB) sueco, que em 2005 foi de US\$ 361 bilhões. Mas a população tem excelente qualidade de vida.

– A política de bem-estar e seguridade social sueca dá segurança desde o berço até o túmulo em termos de renda, de saúde e de educação aos cidadãos – ressaltou.

Já para a Letônia, os principais produtos exportados pelo Brasil são café, calçados, instrumentos de percussão, madeiras compensadas e suco de laranja.

Governo gaúcho admite dívidas com a Varig

Seguindo o exemplo do Rio de Janeiro, o governo do Rio Grande do Sul anunciou que deverá enviar à Varig carta de reconhecimento de dívidas relativas a recolhimento a maior do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), cobrado sobre prestação de serviço aéreo a passageiros. O anúncio foi feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS) após o término da audiência reservada da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O benefício do governo gaúcho foi concedido graças à ação de parlamentares do grupo de trabalho criado pela CI para discutir soluções para a crise financeira da Varig. O valor total do crédito da Varig junto aos estados, de R\$ 1,3 bilhão, se pago à empresa, poderia viabilizar um empréstimo emergencial junto a bancos oficiais. Os recursos serviriam para quitar dívidas com empresas norte-americanas que alugam parte das aeronaves atualmente utilizadas pela Varig.

Além desse resultado, Paim anunciou ainda que a subcomissão da Varig deverá tratar do encontro de contas da empresa

e do governo com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– Existe dívida da Varig com a União, mas existe também dívida maior da União com a Varig. E se a ministra concordar com o encontro, pode ser que a Varig tenha a receber algo em torno de R\$ 1 bilhão – disse Paim.

O diretor-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, reclamou, após a reunião, do prazo exíguo entre a publicação do edital e a realização do leilão. Ele informou que a decisão, tomada em conjunto pelo juiz responsável pela reestruturação da Varig e pela Anac, foi necessária devido a problemas de fluxo de caixa da empresa.

O coordenador do Grupo de Trabalhadores da Varig (TGV), comandante Márcio Marsillac, avaliou que o pequeno prazo impossibilitará a TGV de participar da arrematação.

– Temos condições de arrematar US\$ 100 milhões vindos de trabalhadores para participar desse leilão. Poderíamos entrar com US\$ 100 milhões dentro do preço mínimo. Mas precisamos de tempo – disse Marsillac.

COMISSÕES Senadores manifestam apoio à maioria das sugestões apresentadas pelos músicos em audiência pública

Músicos querem nova legislação para o setor

Músicos, compositores, arranjadores e representantes do setor apresentaram aos senadores da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, da Comissão de Educação (CE), sugestões para incluir a música na pauta das políticas públicas do país. Eles defenderam uma nova legislação para proteger direitos autorais, incluir a música na educação já a partir do ensino básico e diversificar a programação musical das rádios no país.

A cantora e compositora Fernanda Abreu disse que é preciso adaptar para o músico uma lei trabalhista que não seja a Consolidação das Leis do Trabalho, pois esse profissional tem contratos diferenciados com vários empresários.

O mestre em Etnomusicologia Alexandre Hees de Negreiros, do Rio de Janeiro, ressaltou que é importante controlar os direitos autorais por meio de um órgão que exerça gestão financeira no setor da música, uma vez que o artista não pode estar em todos os lugares negociando preços sobre suas obras.

Hees apresentou estudos e legislação de outros países sobre o tema. O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que propôs a audiência, afirmou que a legislação comparada é interessante para se observar a presença do Estado no setor – no Brasil, há total ausência, enquanto na Suíça, por exemplo, é o

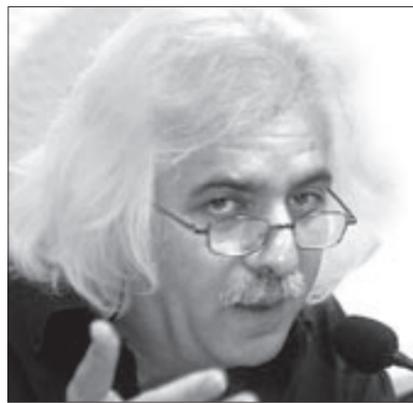
governo que determina os preços nesse setor.

O cantor e compositor Gabriel o Pensador destacou que a música gera um número expressivo de empregos, até com a importação e exportação de instrumentos.

O compositor e arranjador Ricardo Breim, de São Paulo, defendeu a inclusão da música no ensino, mas de forma diferente da maneira tradicional.

Cristina Gomes Saraiva, coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro, assinalou que é grave a monopolização dos meios de comunicação, “que impõem artistas e músicos e massificam tudo de norte a sul”. Ela pediu regulamentação do funcionamento das rádios.

Já o presidente do Sindicato de Músicos da Bahia, Sidnei Bonfim de Jesus, defendeu a atualização da Lei 3.857, que criou a Ordem dos Músicos do Brasil, para, entre outras coisas, contemplar os profissionais da música eletrônica, modalidade mais nova no setor.



Compositor Ricardo Breim defende inclusão da música no currículo escolar



Fernanda Abreu pede eleição com voto aberto na Ordem dos Músicos do Brasil



Alexandre Hees: estudo sobre atuação dos países no incentivo à música



Sidnei de Jesus, do Sindicato dos Músicos da Bahia: atualizar legislação

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Sérgio Cabral, presidente da subcomissão, e Cristina Saraiva, do Núcleo Independente de Música

Inclusão da música nos currículos escolares compõe lista de propostas

Os senadores da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social se mostraram favoráveis à maioria das propostas encaminhadas pelos músicos durante a audiência pública, entre elas a inclusão da música na educação, já a partir do ensino básico, e medidas sobre direito autoral.

Roberto Saturnino disse que, a partir das sugestões feitas pelos representantes do setor, caberá agora ao Congresso formular proposições para aperfeiçoar a legislação vigente, levando em conta os direitos autorais, a diversidade das músicas a serem tocadas nas rádios brasileiras e, de acordo com uma nova forma de ensino, a incorporação da música nos currículos escolares.

Conforme a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), “política tem muito a ver com música,

principalmente se levarmos em consideração os tempos em que os grandes movimentos políticos dos anos de chumbo eram alicerçados e movidos pela música, pois não havia liberdade de expressão”.

Para o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), é importante que a obra de grandes artistas seja divulgada pelas emissoras de rádio, uma vez que elas têm alcance maior que o de outros veículos de comunicação.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) assinalou que a inclusão da música na educação básica é de importância fundamental para a formação da pessoa. Na sua opinião, a discussão travada na subcomissão é o primeiro passo para que o Congresso examine propostas para o setor.

– Estamos precisando de me-

nos *Big Brother* e de mais festivais de música neste país – afirmou Mesquita Júnior.

O senador Magno Malta (PL-ES), que é músico, também fez uma defesa de novos dispositivos para a legislação, destacando que somente o fim dos impostos sobre o produto dos músicos, particularmente o CD e o DVD, poderá acabar com a pirataria. Sua proposta recebeu apoio do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Por sua vez, o senador José Jorge (PFL-PE) salientou que os músicos estão enfrentando novos desafios, decorrentes do impacto das tecnologias mais recentes sobre sua atividade. É produtivo discutir essas mudanças no Congresso, acrescentou, pois os debates podem fornecer os subsídios necessários à elaboração de novas leis.

Meia-entrada e acesso gratuito vão ser debatidos em subcomissão

A meia-entrada e a gratuidade em produções e espetáculos culturais serão discutidas em audiências públicas na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. A proposta, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), foi aprovada pela Comissão de Educação para subsidiar a votação das várias proposições que tramitam no Congresso Nacional. As datas das audiências ainda não foram marcadas.

Conforme Saturnino, os produtores de *shows* têm se queixado dos constantes abusos na concessão da meia-entrada, que vem sendo autorizada sem critério e sem controle.

– Precisamos discutir o assunto de forma democrática e aberta, porque a meia-entrada tem muitos benefícios de natureza social

e mesmo em relação à ampliação do acesso dos públicos, mas, no entanto, quando este instituto ultrapassa certos limites e se cometem abusos, o prejuízo recai sobre os produtores dos espetáculos – afirmou Saturnino.

Para Sérgio Cabral (PMDB-RJ), é preciso discutir a utilização da meia-entrada com cautela, uma vez que esse benefício tem sido muito importante para estimular segmentos específicos a frequentar espetáculos culturais, como os idosos.

– São raras as vezes em que um espetáculo consegue 100% das poltronas ocupadas. Se não fosse o público da terceira idade, que tem direito à meia-entrada, os teatros brasileiros estariam vazios. Essa é a política que se conhece em países de primeiro mundo – afirmou Sérgio Cabral.

Incentivo para o cinema nacional pode ser prorrogado até 2010

Os incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, que têm vigência até 31 de dezembro deste ano, poderão ser prorrogados até o fim de 2010. É o que prevê projeto de lei do deputado Francisco Dornelles (PP-RJ) que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) com base no voto do relator, senador Sérgio Cabral.

O projeto (PLC 47/06) altera a Medida Provisória 2.228/01, que, por sua vez, modifica a legislação que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual (Lei 8.685/93). A dedução prevista está limitada a 3% do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e a 1% pelas empresas, desde que os projetos beneficiados sejam previamente acolhidos pela Agência Nacional

do Cinema (Ancine).

De acordo com o autor, a aprovação da proposta não implicará redução de receita, uma vez que o incentivo fiscal já existe e está previsto no Orçamento deste ano.

– Quanto aos anos subsequentes, bastará que se considere a evolução vegetativa das estimativas do exercício de 2006 – afirma Dornelles.

De acordo com Sérgio Cabral, a iniciativa merece aplausos, pois a indústria cinematográfica é muito importante para o desenvolvimento cultural do país, além de ser um dos elementos de incremento da identidade cultural de qualquer povo.

– A indústria cinematográfica brasileira necessita, para competir com os países desenvolvidos, de incentivos do Estado – observou o senador.

COMISSÕES



Gilvam Borges (D), com César Borges, é o relator na CAE do projeto que altera a Lei Kandir

Mantega vai debater saída para Lei Kandir

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debaterá com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, com integrantes da área econômica e com governadores o projeto que altera a Lei Kandir para determinar que a União faça o ressarcimento integral e efetivo aos estados e ao Distrito Federal até o dia 15 do mês posterior ao da desoneração do ICMS incidente sobre produtos primários e industriais semi-elaborados destinados à exportação. O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), anunciou que o exame da matéria ficará em suspenso até que seja feita ampla discussão sobre o assunto.

O projeto foi debatido semana passada na CAE e recebeu parecer contrário do relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele e os demais integrantes da comissão destacaram a importância da proposição, uma vez que os estados estão sendo prejudicados pela Lei Kandir (Lei Complementar 87/96). O PLS 30/06, complementar e não terminativo, é do senador Pedro

Simon (PMDB-RS).

Gilvam considerou a proposta inconstitucional, porque estaria ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que só permite a criação de despesa pública permanente se especificada a fonte de custeio, seu impacto orçamentário e a comprovação de que metas e resultados fiscais não seriam afetados.

Estados exportadores são muito prejudicados

O projeto, segundo Gilvam, "alteraria substancialmente o processo de ressarcimento, que passaria do modelo atual de negociação de um valor máximo a ser incluído no Orçamento para um valor em aberto, dependente do volume de exportações realizado no futuro".

O relator enumerou três principais queixas dos governadores: o montante do ressarcimento é inferior ao que eles deixam de arrecadar ao isentar os produtos da cobrança do ICMS; o valor a ser transferido é incerto, sujeito a cor-

tes e a contingenciamentos; e os estados exportadores de produtos primários (como Pará e Rio Grande do Sul) sofreram fortes quedas de arrecadação e não têm o que tributar em suas economias.

Os senadores concordaram que a proposição fere a LRF, mas observaram que o assunto precisa ser debatido, pois há estados que estão sendo prejudicados desde a implantação da Lei Kandir. Essa lei sempre provocou polêmica entre os governadores de estados exportadores, que alegam perda de arrecadação devido à isenção do imposto.

– Temos que resolver essa questão de uma vez por todas. Não por esse projeto. Mas temos que resolver – disse a senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, lembrando que a Lei Kandir, que era uma medida provisória, acabou permanente.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a Lei Kandir foi instituída para beneficiar os estados exportadores, "que estão de pires na mão".

Audiência debate impacto dos incentivos fiscais

A CAE aprovou requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para discutir nacionalmente a política de incentivos fiscais dos estados brasileiros, em audiência pública nesta terça-feira. O pedido foi motivado pela declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de parte da Lei Estadual 6.489/02, que permitia a concessão de benefícios fiscais a empresas participantes da política de incentivos ao desenvolvimento do estado do Pará.

No último dia 23, foi acolhido requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que se discuta na comissão o impacto econômico e social da declaração de inconstitucionalidade. O requerimento de Flexa Ribeiro é um aditamento ao de Ana Júlia, para que também os governos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Ceará

e Pernambuco prestem esclarecimentos sobre suas políticas de incentivos.

Pelo documento, serão ainda convidados para a audiência os presidentes das assembleias legislativas, os secretários de Fazenda, os presidentes das federações das indústrias e o presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária, Bernard Appy.

– Não devemos fazer uma audiência sobre uma lei de incentivos estaduais com único foco no estado do Pará – defendeu Flexa Ribeiro.

Na mesma reunião, os parlamentares rejeitaram o projeto de lei da Câmara (PLC 136/05) que reduzia de 20% para 10% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de canetas e cargas, de forma a estimular a produção nacional e reduzir as importações, em sua maioria feita da China.

CAE quer ouvir Volks e sindicatos sobre demissões

A CAE aprovou requerimento do senador Romero Jucá (PMDB-RR), novo líder do governo no Senado, para que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater a intenção da Volkswagen de promover demissões de funcionários.

O documento convoca diretores da indústria, dos sindicatos de trabalhadores do ABC paulista e de Taubaté (SP), e da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Ainda não foi definida a data do encontro.

A empresa anunciou no início de maio um plano de reestruturação, com demissões, corte de benefícios e até possível fechamento de uma de suas quatro fábricas instaladas no Brasil.

Conforme os sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo e Taubaté, a montadora estaria pretendendo eliminar 5.773 postos de trabalho no país até 2008. A Volks não confirma os números, segundo notícias dos jornais, mas informa que cortes de produção e demissões são inevitáveis. De acordo com os sindicatos, a montadora emprega hoje cerca de 21 mil pessoas no Brasil.

Pará e Bahia contratam empréstimos externos

Os senadores da CAE aprovaram duas contratações de operação de crédito externo, sendo uma para o governo do Pará e outra para o da Bahia. A primeira, no valor de até US\$ 42,670 milhões, é para financiar 85% do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento, destinado à estruturação de rodovias no estado; a segunda, no valor de até US\$ 12 bilhões, destina-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal

italianos.

Os prazos de desembolso são de até 36 meses a partir da efetividade, com limite de 42 meses quando da assinatura para o desembolso dos valores, conforme as determinações estabelecidas no parecer do Tesouro Nacional enviado à CAE.

O crédito para a Bahia será feito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relator da proposta foi o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da CAE. Como no primeiro pedido de crédito externo ao Pará, a União será garantidora dessa operação.

De acordo com solicitação dos pedidos de crédito foi feita pela Presidência da República por meio de mensagens ao Senado. Luiz Otávio, o financiamento foi aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria da Fazenda Nacional também se pronunciaram pela legalidade da operação.

O prazo de desembolso do empréstimo é de até 48 meses, contados a partir da vigência do contrato, e os juros serão calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, em taxas a serem acertadas com o BID.

Pará receberá apoio para transporte e Bahia para gestão fiscal

Foi acolhido ainda pedido de urgência para a tramitação das duas matérias, que ainda serão votadas pelo Plenário. A

CAE aprovou o pedido de crédito para a Bahia e o para o Pará.

Com o objetivo de modificar a economia local, o crédito externo destinado ao Pará visa proporcionar melhor fluidez no tráfego de veículos para o escoamento de produtos da região, segundo o parecer enviado ao Senado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O relator da matéria foi o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

A contratação da operação será feita entre o governo do Pará e um consórcio de bancos

Presidente e conselheiros do Cade são reconduzidos

A CAE aprovou por unanimidade as mensagens do presidente da República reconduzindo aos seus cargos, por mais dois anos, a presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, e os conselheiros Luís Fernando Rigato Vasconcellos, Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado e Ricardo Villas Bôas Cueva.

Em exposição aos senadores, Elizabeth Farina afirmou que, ao ser sabatinada pela primeira vez no Senado, há dois anos, a maior reclamação dos parlamentares se devia ao longo tempo para julgar um processo de abuso de poder econômico. Desde então, as medidas implementadas pelo conselho permitiram reduzir o prazo médio de 125 para 79 dias. O último processo julgado – a fusão da DirectTV com a Sky – demorou quatro meses, informou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que a Secretaria de Direito Econômico – que investiga os casos de abuso de poder econômico – e o Cade acelerem o processo de abuso de poder econômico denunciado por plantadores de laranja contra as indústrias de suco. Ele solicitou ainda que examinem denúncias de que a Ambev estaria adotando de forma disfarçada práticas de



Presidente do Cade, Elizabeth Farina informou que órgão reduziu tempo de julgamento

fidelização, descumprindo o que assinou com o Cade, quando foi aprovada a fusão da Antarctica com a Brahma.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) questionou as promoções da Gol, de passagens aéreas a R\$ 50, por entender que elas podem desestabilizar ainda mais a Varig. O conselheiro Ricardo Villas Bôas Cueva observou que o Cade procura separar o que é abuso de poder econômico do simples marketing, e que o órgão entendeu que a Gol não estaria ferindo a concorrência, porque as promoções são limitadas a algumas linhas, a alguns dias e a um número reduzido de poltronas.

PRESIDÊNCIA

Nota fiscal deve informar ao cidadão o imposto pago

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na última quarta-feira, do presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), Guilherme Afif Domingos, e de outros líderes empresariais, o anteprojeto de lei destinado a esclarecer o cidadão brasileiro a respeito dos impostos que paga pelos bens e serviços que consome. O documento contém mais de 1,5 milhão de assinaturas recolhidas em todo o país.

Ao receber o anteprojeto, Renan afirmou que o cidadão pagador de impostos tem o direito de saber quanto está entregando ao governo e qual a contrapartida que deve ser oferecida, em termos de prestação de serviços como saúde, educação e segurança. “É um projeto absolutamente prioritário, porque dá mais transparência às relações entre Estado e cidadania”, disse.

A proposta inicia sua tramitação no Legislativo assinado por Renan e líderes partidários e, segundo o presidente do Senado, tão logo a pauta de votações da Casa seja desobstruída, o projeto poderá ser colocado em votação. Para isso, bastará a vontade dos



Documento com mais de 1,5 milhão de assinaturas foi recebido por Renan Calheiros (ao microfone)

líderes partidários.

Além de Afif Domingos, do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e de vários senadores, uma multidão entrou no prédio do Congresso trazendo as caixas contendo as assinaturas.

Tributos sobre produtos devem ser especificados

Está no artigo 150 da Constituição a exigência de que uma lei esclareça os consumidores acerca dos impostos que incidem sobre

mercadorias e serviços no país. O anteprojeto estabelece que na nota, cupom fiscal ou qualquer documento equivalente, no ato de uma compra, se informe claramente quanto está sendo cobrado de tributos federais, estaduais e municipais.

O texto também determina que os cálculos da carga tributária incidente sobre cada produto ou serviço sejam apurados e fornecidos ao público, semestralmente, por instituição de âmbito nacional, idônea e voltada primordial-

mente à apuração e análise de dados econômicos, a ser indicada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Em defesa da mudança, os empresários dizem que, para colocar tais exigências nas máquinas que emitem notas fiscais no comércio, será necessária apenas uma adaptação de *software* para permitir o cálculo da carga tributária de cada produto e da sua incidência na soma total da compra.

Líderes ressaltam iniciativa proposta pela sociedade

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), e os líderes do governo, Romero Jucá (RR), do PFL, José Agripino (RN), e do PMDB, Ney Suassuna (PB), foram alguns dos parlamentares presentes à solenidade em que o presidente da Federação das Associações Comerciais de São Paulo (Facesp), Guilherme Afif Domingos, acompanhado de um número significativo de cidadãos, entregou ao Senado anteprojeto de lei que torna obrigatória a informação sobre os impostos

pagos em cada mercadoria ou serviço vendido no país.

Primeiro a discursar na solenidade, Afif Domingos disse que, no Brasil, o cidadão desconhece os impostos que recolhe na compra de mercadorias e, por essa razão, se sente intimidado na hora de cobrar a prestação dos serviços que o Estado lhe deve.

Discursando em seguida, Paulo da Silva, presidente da Força Sindical, fez menção a alguns impostos devidos pelos brasileiros, entre eles o cobrado na venda

da cachaça, que chega a 80% da cifra paga pelo consumidor.

Projeto terá apoio, prevêem senadores

Também falando na solenidade, José Agripino destacou que os cidadãos autores do anteprojeto estão fazendo história. “Nenhum projeto vai despertar tanto o sentimento de vigilância sobre o Estado, nenhum vai traduzir tão bem o direito que o cidadão tem à prestação do serviço público”, frisou. Ney Suassuna afirmou

que a matéria atrairá o apoio de todos os partidos, “porque este é um projeto cidadão, é um projeto que interessa a todos”.

Romero Jucá também assinalou o momento histórico em que a sociedade toma a iniciativa de tornar obrigatória a informação sobre os impostos pagos em cada mercadoria ou serviço vendido no país. Ele disse que é intenção do governo que a matéria seja debatida e votada e que traga maior transparência às relações do poder público com a sociedade.

Sugestões para ampliar direitos dos portadores de deficiência

O Poder Judiciário quer contribuir para aumentar os benefícios do projeto que cria o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência e, para isso, a ministra Fátima Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na quinta-feira passada, algumas sugestões daquele Poder para o PLS 6/03, do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta, em tramitação no Senado, objetiva inserir no ordenamento jurídico brasileiro lei que defina claramente os direitos dos deficientes.

Entre as sugestões, que serão encaminhadas ao relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR), destacam-se a concessão de foro privilegiado ao portador de deficiência para ajuizamento das ações; isenção de custas judiciais para os que não puderem pagar os encargos; e transporte gratuito, a ser disponibilizado pelo respectivo tribunal, quando se tratar de deficiente com dificuldades de locomoção.

Primeiro senador italiano pela América do Sul

O economista italiano Edoardo Pollastri, radicado em São Paulo há 32 anos e eleito senador da Itália em abril passado representando a América do Sul, foi saudado pelos senadores brasileiros, em rápida visita ao Congresso na quarta-feira passada. Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu que ele lute para estreitar ainda mais as relações entre os dois países.

Durão Barroso em visita oficial

Em visita oficial ao Brasil, o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, foi recebido na quarta-feira passada, no Senado, pelo presidente Renan Calheiros. Eles conversaram sobre as experiências de criação e implantação da União Europeia e do Mercosul.

Renan disse que a Câmara e o Senado estão se preparando para votar a criação do Parlamento do Mercosul, informando que a proposta tem como modelo o Parlamento Europeu e a própria Comissão Europeia.

Para Durão, faz sentido um acordo bilateral entre a União Europeia e o Mercosul, não apenas no aspecto econômico, mas também no sentido de maior cooperação e integração política. Ele assegurou que está trabalhando para que esse acordo de associação entre os dois blocos



No Salão Nobre, Renan diz ao presidente da Comissão Europeia que Congresso deve votar criação do Parlamento do Mercosul

se torne realidade e defendeu a tentativa de acordo na próxima rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, no Qatar.

– Seria muito importante do ponto de vista econômico para o comércio mundial; do ponto de vista político, como forma

de mostrar a nossa convicção no multilateralismo; e do ponto de vista da justiça, para ajudar os países que precisam de maior solidariedade – assinalou.

Durão disse acreditar que isso é possível e informou que conversou “longamente sobre o assunto com o presidente Lula”.

Acordo de livre-comércio entre União Europeia e Mercosul

A negociação de um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia consta da pauta da visita ao Brasil do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, que esteve com o presidente do Senado, Renan Calheiros, na última quarta-feira. Essa foi a primeira visita bilateral de um cidadão português que ocupa o cargo de principal autoridade europeia.

Além do acordo de livre-comércio, estiveram em pauta nos encontros de Barroso em Brasília temas como a criação de mecanismos de diálogo sobre assuntos de interesse comum nas áreas social, do desenvolvimento sustentável, das energias renováveis e do comércio de produtos agropecuários. O governo brasileiro

tem insistido na necessidade de redução dos subsídios europeus à agricultura.

Dentro das negociações para se alcançar um acordo de livre-comércio, o Mercosul apresentou em março novas propostas nas áreas de agricultura, serviços e no setor automotivo. Em contrapartida, solicita agora concessões no setor agrícola, tidas como fundamentais para que se alcance um entendimento entre os dois blocos econômicos.

A União Europeia é atualmente o maior parceiro comercial do Brasil. Em 2005, as exportações brasileiras para o mercado europeu foram de US\$ 26,4 bilhões. As importações alcançaram US\$ 18,1 bilhões. Os investimentos europeus na economia brasileira ficaram em torno de US\$ 150 bilhões.

EXPORTAÇÃO Plano para impedir entrada da doença e crise do agronegócio mobilizam comissões de Agricultura

A ameaça econômica da gripe aviária



Com a lição simples de que é melhor prevenir do que remediar, o setor avícola pretende mos-

trar ao governo esta semana que é melhor gastar R\$ 500 milhões nos próximos seis a dez meses com ações que impeçam a entrada do temido H5N1, uma variante do vírus da influenza aviária, do que enfrentar prejuízos que podem alcançar a cifra de US\$ 50 bilhões.

Essas estimativas, segundo o presidente da Frente Parlamentar da Avicultura, deputado Carlos Batata (PFL-PE), serão apresentadas durante a audiência pública que mobilizará parlamentares das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara, nesta terça-feira, a partir das 14h30. Na reunião conjunta, informa o deputado, será discutido o cenário que o país enfrentaria não só na avicultura, mas se casos de gripe aviária fossem registrados entre a população brasileira. "O ministro da Saúde deve mostrar o que isso custaria", diz Batata.

A doença ainda não chegou às Américas, mas já matou mais de cem pessoas na Ásia, Oriente Médio, parte da África e Turquia (ver quadro). A preocupação maior é que ela se transforme em uma pandemia, caso o vírus sofra mutação e adquira capacidade de transmissão de pessoa para pessoa, como uma gripe comum.

Os especialistas alertam para o

período entre setembro e maio, quando as aves silvestres migram do Hemisfério Norte. "Mesmo com as medidas de prevenção no Canadá e nos Estados Unidos, as aves podem trazer o vírus", explica o veterinário Luiz Cláudio Coelho, da Coordenadoria de Sanidade Avícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Por essa razão, quando o Chile registrou em 2002 um surto da influenza aviária, mesmo não sendo do H5N1 que afeta os humanos, o setor avícola e o governo começaram a desenvolver um plano de prevenção, que será debatido entre parlamentares e 12 participantes da audiência pública. Não tão rígido como pediu a União Brasileira de Avicultura (UBA), que queria um programa de regionalização que impedisse o trânsito de aves vivas entre estados, o governo preferiu um plano com adesão voluntária, estabelecendo medidas para reforçar a defesa sanitária estadual.

O sistema funciona de um modo muito parecido com o do combate à febre aftosa. Segundo Coelho, o estado que aderir ao plano pode ser declarado livre de influenza aviária e de *new castle*, outra doença que prejudica as exportações brasileiras. Até agora, informa, só os três estados do Sul e o Tocantins formalizaram interesse em participar do plano, que envolve investimentos e capacitação técnica.

Considerado o maior exporta-



NÉLIO LIMA/UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA

Governo propõe plano de apoio ao setor avícola, com medidas para reforçar a defesa sanitária

dor mundial de carne de frango e o segundo país produtor – atrás apenas dos Estados Unidos –, o Brasil já reforçou a vigilância em seus portos e aeroportos, suspendeu a importação de aves vivas de companhia, como pássaros e pavões, e de produtos avícolas e subprodutos, bem como de ovos férteis, procedentes de países com registro da doença. Também foi intensificada a vigilância, de acordo com Coelho, nos principais locais que servem de sítios de internada para aves migratórias. Mesmo assim, a doença já prejudicou o país, com queda nas exportações e desemprego.

Números de casos de influenza aviária (2003/2006)

| Países | Casos | Óbitos | Letalidade % |
|--------------|------------|------------|--------------|
| Azerbaijão | 8 | 5 | 62,5 |
| Camboja | 6 | 6 | 100 |
| China | 18 | 12 | 66,6 |
| Djibuti | 1 | 0 | 0 |
| Egito | 14 | 6 | 42,8 |
| Indonésia | 42 | 33 | 78,5 |
| Iraque | 2 | 2 | 100 |
| Tailândia | 22 | 14 | 63,6 |
| Turquia | 12 | 4 | 33,3 |
| Vietnã | 93 | 42 | 45,1 |
| Total | 218 | 124 | 56,8 |

Fonte: Organização Mundial de Saúde - Em 23/05/2006

Nova rodada de negociação para superar crise agrícola

Se o pacote de apoio ao setor agropecuário, anunciado no dia 25 de maio, ajudou os que estavam com as contas equilibradas, não foi suficiente para tirar do atoleiro os mais endividados. Com base nessa avaliação da bancada ruralista e das entidades patronais do setor, o governo inicia esta semana mais uma rodada de negociações com parlamentares das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara, e com representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Com prazo de apenas uma semana – a meta é apresentar conclusões até o dia 13, conforme o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que deverá integrar o grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Fazenda –, o governo deverá se posicionar sobre a extensa lista de propostas encaminhadas por cinco

entidades do setor durante audiência com os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Fazenda, Guido Mantega, na última quarta-feira, na Comissão de Agricultura da Câmara.

Segundo o deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), que preside a comissão, os resultados devem ser formalizados no dia 14. Antes disso, ele pretende realizar outra audiência com os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Furlan, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que não puderam comparecer à convocação. O objetivo é verificar as pendências específicas da agricultura familiar e os entraves nas importações de insumos agropecuários.

Um dos pleitos de entidades do setor é liberar a importação de agroquímicos no âmbito do Mercosul, especialmente os pesticidas de última geração para o combate à ferrugem da soja, que são

mais caros no Brasil. O ministro da Fazenda informou que a Casa Civil está finalizando um decreto para abrir a aquisição de defensivos genéricos do Mercosul.

Apesar de o governo já ter editado três pacotes agrícolas em menos de dois meses, envolvendo ajuda de R\$ 22,6 bilhões em novos recursos e rolagens de dívidas, além de um plano de safra de R\$ 50 bilhões para a agricultura comercial e R\$ 10 bilhões para a familiar, não conseguiu resolver três questões cruciais para o setor. A primeira, na avaliação de Jonas Pinheiro, foi não definir medidas que reduzam o custo de produção, como desoneração tributária e subvenção ao custo do frete no Centro-Oeste.

A segunda foi não dar condições para o produtor tomar novos empréstimos para o plantio da safra 2006/2007, como por exemplo a liberação de garantias reais, como imóveis hipotecados e máquinas penhoradas, na proporção do que já foi pago em dívidas antigas, como as securitizadas e as renegociadas no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa). "Seria necessária uma nova avaliação para redimensionar as garantias", explica Dante Scolari, assessor técnico da Comissão de Agricultura da Câmara.

E a terceira questão é como resolver o refinanciamento das dívidas dos produtores com o setor privado, como fornecedores de insumos e indústrias de processamento. A bancada ruralista já deixou claro ao governo que sem resolver essas pendências não há como os produtores reagirem à crise.

Produtores anunciam que continuarão com protestos pelo país

Considerado um pacote "acanhado" para a dimensão da crise do setor, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, Homero Pereira, avisou o governo, durante audiência na Comissão de Agricultura da Câmara, que os protestos dos produtores irão continuar até que se conheçam as novas medidas emergenciais que devem ser definidas pelo grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Fazenda.

Como representantes dos agropecuaristas, Pereira, pela CNA, e João Paulo Koslovski, pela OCB, entregaram aos ministros as propostas das duas entidades. As reivindicações de caráter emergencial vão desde a inclusão da pecuária de corte e de leite e produtos como mandioca e feijão nas regras de prorrogação automática de custeio e investimento da safra 2005/2006, até a eliminação de "pedágio" de 4% cobrado pelo BNDES nas suas linhas de investimento.

Em quase seis horas de debates, o ministro da Fazenda fez questão de mostrar flexibilidade e disposição do governo em analisar e negociar praticamente todas as propostas apresentadas. Demonstrou com números que o governo sabe da importância do setor, mas que esbarra nas limitações orçamentárias para aumentar ou introduzir novas subvenções. Mesmo diante de críticas ácidas de lideranças e parlamentares ruralistas contra o presidente Lula e sua política econômica, Mantega rebateu as acusações de forma considerada objetiva e serena, desanuviando o clima tenso do início da reunião.



Ministros Guido Mantega (E) e Roberto Rodrigues (D), e o deputado Abelardo Lupion, em audiência na Comissão de Agricultura da Câmara

AGRICULTURA

Produção familiar terá política definida em lei

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou por unanimidade o projeto (PLC 32/06) que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Com parecer favorável da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a proposta define, entre outras disposições, os empreendimentos familiares rurais.

Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e de outras entidades compareceram à comissão. Ao justificar seu parecer, Ana Júlia Carepa afirmou que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), criado por decreto presidencial, precisa ser institucionalizado por uma lei com princípios e diretrizes claras para o setor.

A agricultura familiar é res-

ponsável por 4,1 milhões de empreendimentos agrícolas que empregam 12 milhões de trabalhadores. Esses agricultores respondem por 40% do valor bruto da produção agropecuária do país, segundo informações da relatora.

Ao manifestar apoio ao projeto, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o governo do PT começa a dar prosseguimento a um programa iniciado no governo Fernando Henrique, do qual ela foi secretária nacional de Assistência Social.

– Esse é o caminho acertado para fazer o país crescer e aumentar empregos na agricultura – afirmou Lúcia Vânia.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Flávio Arns (PT-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Sibá Machado (PT-AC) também registraram seu apoio à proposta.



Sérgio Guerra (E) e Flávio Arns participam da reunião da CRA: aprovação unânime à criação de uma política para a agricultura familiar, que hoje envolve 12 milhões de trabalhadores rurais

Dívidas rurais dependem de consenso

Temendo o veto presidencial, caso venha a ser aprovado projeto de lei de conversão (PLV 16/06) da Medida Provisória 285/06, que renegocia dívidas de produtores rurais na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que, na tramitação do projeto no Senado, os parlamentares cheguem a um meio-termo entre o texto original da MP e o aprovado pela Câmara dos Deputados, em relação aos valores limites para a renegociação. A seu ver, um denominador comum deverá ser encontrado pelo relator do projeto, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

A MP 285 impõe o limite de R\$ 50 mil para a renegociação de financiamentos de produtores rurais, utilizando para tanto recursos do Fundo Constitu-

cional de Financiamento do Nordeste (FNE). Mas o PLV aprovado pela Câmara majorou esses limites para além de R\$ 200 mil, na mesma linha do projeto de lei da Câmara (PLC 142/06) aprovado no começo do ano pelo Congresso e vetado integralmente pelo presidente da República.

– É o momento de o Senado achar uma solução para a questão. Um veto iria repercutir negativamente na atividade econômica do campo porque muitos agricultores estarão fora da renegociação e a atividade produtiva sofrerá descontinuidade – declarou, preocupado com as conseqüências de um possível êxodo rural.

Na avaliação de Valadares, o limite de R\$ 100 mil seria suficiente para resolver a situação de 80% dos agricultores nordestinos.



Flexa Ribeiro e Ana Júlia Carepa acertaram criação de uma comissão para resolver impasse sobre planos de manejo no Pará

Pará busca saída para uso dos recursos naturais

A formação de uma comissão de representantes do Incra, do Ibama e do setor produtivo, para esclarecer diferenças e resolver pendências, foi a solução encontrada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para resolver entraves que impedem a aprovação dos termos de ajuste de conduta (TAC) referentes a planos de manejo da região oeste do Pará. A falta dessa aprovação, debatida em audiência pública na semana passada, está impedindo a exploração dos recursos naturais na área.

A comissão, que será acompanhada pelos senadores paraenses da CMA – Ana Júlia Carepa (PT) e Flexa Ribeiro (PSDB) –, deverá dar solução a dois pontos importantes: a regulamentação, pelo Incra, do projeto que estabelece normas para as propriedades de até 500 hectares e a criação de 18 projetos de desenvolvimento

sustentável (uma modalidade de assentamento) para a região.

– Dessa forma o setor produtivo vai ter a matéria-prima para trabalhar de forma legal – observou Ana Júlia.

Ibama, Ministério do Meio Ambiente e Incra tentaram explicar na reunião os motivos para a demora na regulamentação de projetos que permitiriam o manejo florestal sustentável.

Participaram da audiência pública o presidente do Ibama, Marcus Barros; o presidente da União das Entidades Florestais do estado do Pará (Uniflor), Wagner Kronbauer; o superintendente do Incra no Pará, Pedro Aquino; o diretor do Programa Nacional de Florestas, Tasso Rezende; o diretor técnico do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará (Simaspa), Leocir Antônio; e o diretor do Departamento de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Marcos Kowarick.

Alvaro Dias critica medidas para socorrer o setor agrícola

Recente pacote de medidas em prol do setor rural anunciado pelo governo recebeu críticas em Plenário do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que as considerou insuficientes para resolver a atual crise no agronegócio, que estaria, na verdade, se aprofundando com a “inoperância governamental”.

– O governo, mais uma vez, decepcionou e frustrou os agricultores – afirmou.

Alvaro Dias ressaltou que a agricultura sofre, hoje, a ausência de políticas eficazes para o setor, que incluam, por exemplo, zoneamento, crédito e preço mínimo para a safra. Diante desse quadro, ele alertou para a deterioração de um setor considerado como “âncora verde” do Plano Real e fundamental para a estabilização da economia.

– O governo tem o dever de socorrer o setor em um momento dramático como agora. Espero que, nessas andanças pelo país, os candidatos a presidente da República discutam uma proposta de política agrícola definida para o país. O senador também comentou estudo que revela que a carga tributária no Brasil atingiu patamar recorde em 2005. De acordo com Alvaro Dias, nunca os tributos consumiram tantos dias de trabalho dos brasileiros.

Heloísa: pacote não atende produtor nordestino

Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que o pacote agrícola anunciado pelo governo federal na semana passada não atende sequer a 2% dos produtores rurais da região Nordeste.

A senadora lembrou que os agricultores da região estão há quatro anos com prejuízos nas safras e, devido a isso, encontram-se em sua maioria inadimplentes. Heloísa informou que, com a inadimplência, os assentados, os agricultores familiares e os pequenos e médios produtores não conseguem crédito para financiar as novas safras.

– Deixo aqui o meu protesto por mais uma farsa técnica e fraude política do atual governo

em relação ao setor agrícola – afirmou a senadora.

Em seu pronunciamento, Heloísa criticou o presidente Lula por vetar pontos de projetos para o setor agrícola elaborados pelo Congresso. Ela classificou de “desrespeito aos parlamentares” a atitude do presidente.

Heloísa Helena citou diversos senadores que trabalham em prol da agricultura nacional e que já elaboraram vários projetos para ajudar o setor, como a correção de distorções no saldo devedor dos produtores, a repactuação de dívidas e a garantia de alternativas de desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável.

Garibaldi defende bom senso para renegociação

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) fez um apelo para que haja bom senso entre as lideranças do governo e da oposição no Congresso Nacional para que a Medida Provisória 285/06, que trata da renegociação de dívidas dos produtores rurais, possa ser aprovada o mais breve possível.

O senador potiguar comentou que os agricultores do Nordeste estão temendo que se repita o que ocorreu com o projeto de lei da Câmara (PLC 4.514/04) que, aprovado por unanimidade pelo Congresso, foi vetado pelo presidente Lula. Por esse motivo,

Garibaldi defendeu uma ampla negociação entre os produtores e o governo para que não haja o risco de um novo veto.

– É preciso haver sensibilização para alterar pelo menos dois pontos da medida provisória. Primeiro, o que diz respeito à abrangência da medida, já que o governo quer limitar a renegociação aos empréstimos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O outro é ampliar o limite para R\$ 200 mil. A MP prevê a renegociação até R\$ 50 mil – afirmou Garibaldi Alves.

CRISE ÉTICA Leitura do texto na CPI dos Bingos deve ser feita até quinta, mas pedido de vista pode adiar votação

Garibaldi promete relatório final para esta semana



O relatório final da CPI dos Bingos deverá ser apresentado na quarta ou quinta-feira desta semana pelo relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ele recebeu o documento da assessoria técnica da CPI e passou os últimos dias revisando o texto. Também articulou com o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), detalhes para a leitura e votação do documento.

A votação, no entanto, pode ou não ocorrer nesta semana. Tudo dependerá das discussões travadas em torno do teor do relatório pelos membros do colegiado – que podem, por exemplo, pedir vista do documento e, com isso, adiar sua apreciação.

Cozinheira liga Comendador a Palocci, Dirceu e Okamoto

Em depoimento à CPI dos Bingos, a cozinheira Zildete Leite dos Reis acusou os ex-ministros Antonio Palocci e José Dirceu, e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, de freqüentarem a casa de João Archanjo Ribeiro, o Comendador, tido como chefe do crime organizado em Mato Grosso.

– Eles chegavam à mansão em um jatinho particular do Comendador, que tratava Palocci de “meu irmão”. Dirceu e Okamoto, por duas vezes, saíram da casa carregando malas cheias de dó-

Caso haja prorrogação dos trabalhos da CPI, Garibaldi informou ter solicitado a Efraim que indique um relator substituto, em virtude de sua candidatura ao governo do Rio Grande do Norte. O presidente da comissão afirmou que ainda não há definição sobre a necessidade de prorrogação dos trabalhos.

Efraim recebeu, na última terça-feira, um abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas solicitando a regulamentação das casas de bingo no país. O documento, elaborado pelo Movimento Pró-Bingo, sugere a inclusão da proposta no relatório final da CPI. O abaixo-assinado foi encaminhado ao senador Garibaldi.

Sobre o depoimento da cozinheira Zildete Leite dos Reis, que fez revelações à comissão na quarta-feira, o presidente da

CPI disse que foi “corajoso e positivo”. Para Efraim, o depoimento trouxe “dados valiosos” para a conclusão do trabalho.

Garibaldi, por sua vez, observou que é preciso cautela na interpretação do depoimento da cozinheira. Na sua opinião, devem ser feitas investigações para comprovar as informações de Zildete. O relator chegou a sugerir uma solicitação ao Ministério Público para que continue com a investigação do caso.

– Não tenho dúvida de que ela esteve na casa [de João Archanjo, o Comendador] e que cozinhou. Quanto ao resto, tenho que ver com cautela. Não há como afirmar que tudo que ela falou é verdade – disse Garibaldi.



Zildete Leite dos Reis

SP) levantou dúvidas sobre o teor do depoimento. Diante das acusações, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu uma acareação entre a cozinheira, Palocci, Okamoto e Dirceu. A cozinheira aceitou a proposta.



Garibaldi (D) busca acertar com Efraim, presidente da CPI, detalhes do documento

Ex-esposa diz desconhecer negócios de Rogério Buratti

Elza Buratti informou em depoimento à CPI dos Bingos na semana passada que, de acordo com relatório enviado a ela pela Receita Federal em março, não foi constatada a existência de nenhum contrato entre a multinacional dos jogos GTech e a BBS Consultores Associados – empresa de propriedade dela e de seu ex-marido, Rogério Buratti. A pedido do relator, senador Garibaldi Alves Filho, ela se prontificou a encaminhar o relatório à CPI. Rogério Buratti foi acusado de ter cobrado propina da GTech, no valor de R\$ 6 milhões, quando da renovação do contrato entre a empresa e a Caixa Econômica Federal, em 2003. O contrato era para administrar o sistema lotérico do país.

Elza, que é filiada ao PT, contou no seu depoimento que jamais se interessou pelos negócios do ex-marido. Portanto, desconhecia o que ele tratava nas constantes viagens que fazia a outros países, como Angola. Membros da CPI suspeitam que bingueiros angolanos tenham contribuído para campanhas

políticas do PT, incluindo a então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência em 2002. Elza afirmou que jamais ouviu de Buratti que tais contribuições existiram.

Questionada sobre o que conhecia de bingos, Elza foi enfática ao dizer que desconhecia o assunto, e que, quando era casada com Buratti, “nunca foi mencionado nada sobre esse tipo de jogo”.

O presidente da CPI, Efraim Morais, declarou, ao final do depoimento, que Elza relatou aos parlamentares fatos que irão contribuir para o fechamento do relatório da comissão, como a existência de “movimentos financeiros estranhos” nas contas do casal, como compra e venda de imóveis sem registro.

– Nessas operações pode haver aquilo que sempre desconfeiei: o crime de lavagem de dinheiro – assinalou o parlamentar.

Efraim se referiu também ao depoimento prestado por Elza à Polícia Federal, em 2005, e que foi presenciado por assessores da comissão de inquérito.

Novo requerimento para CPI dos “sanguessugas”

Uma comissão composta pelos deputados Raul Jungmann (PPS-PE), Fernando Gabeira (PV-RJ), Maninha (PSOL-DF) e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), além da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), entregou na quinta-feira, ao secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, novo requerimento, assinado por 230 deputados e 30 senadores, para a criação de uma CPI com o objetivo de investigar o esquema de compra de ambulâncias superfaturadas, revelado pela chamada Operação Sanguessuga da Polícia Federal. O número mínimo de assinaturas exigidas para a criação de CPIs mistas é de 171 deputados e 27 senadores.

O primeiro requerimento foi indeferido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, porque as subscrições estavam caracterizadas como “assinaturas de apoio”. Jungmann explicou que a única diferença

entre o primeiro requerimento e o entregue hoje foi a retirada da palavra “apoio”.

Heloísa Helena afirmou que o povo brasileiro exige que o Congresso instale essa CPI para identificar quais são os parlamentares e os funcionários dos ministérios da Saúde e da Fazenda que estão envolvidos nesse esquema de corrupção.

Renan reafirma isenção e respeito ao regimento

Ao comentar a entrega do segundo requerimento, Renan disse que não pretende se afastar dos princípios que tem seguido em todas as CPIs. Ele acrescentou que deseja continuar compartilhando suas decisões com os líderes partidários.

– Há dois princípios dos quais eu não pretendo me afastar: o da isenção, que demonstrei em todas as oportunidades; e do respeito às normas regimentais e à Constituição – afirmou.



Entre Raul Jungmann (E) e Fernando Gabeira, Heloísa Helena entrega requerimento a Carreiro (D), secretário-geral da Mesa

Renan também observou que é necessário ter muita calma nesses momentos para administrar os problemas.

– É preciso ter muito equilíbrio, porque são dois problemas que temos de administrar: ajudar para que se avance na investigação, para punir os sanguessugas das ambulâncias, mas é preciso ter muita preocupação também com os sanguessugas da mídia, essas pessoas que querem aparecer desesperadamente.

Na sessão do Congresso em

que Renan indeferiu o primeiro requerimento de abertura da CPI, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) acusou o presidente do Senado de usar “um trator para passar por cima da vontade da minoria”. Em resposta, Renan disse que sua prática em relação às CPIs demonstra o contrário e lembrou que ele próprio tomou a iniciativa de indicar os integrantes da CPI dos Bingos quando os líderes no Senado se recusaram a fazê-lo, após decisão do STF.

Serys: responsável por denúncia falsa será processado

Serys Shessarenko (PT-MT) afirmou, da tribuna, que vai processar dois jornais de Cuiabá pela publicação do seu nome entre os denunciados por participação na chamada Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, que apura desvios de recursos públicos para a compra de ambulâncias.

Serys protestou de forma veemente contra os responsáveis pela notícia e desmentiu as matérias. Ela teria sido citada como autora de emendas destinadas à obtenção de recursos para compra de ambulâncias e reforçou sua indignação ao informar que o período em que foi citada como autora de emenda – 2001 –, nem sequer era deputada ou senadora, o que veio a ocorrer em 2003.

CRISE POLÍTICA Investigações apontam irregularidades em casos supostamente ligados à rede de jogos no país

As várias denúncias sob a mira da CPI

A CPI dos Bingos foi pedida ainda no início de 2004, quando veio a público uma gravação em vídeo de Waldomiro Diniz, então assessor da Casa Civil da Presidência da República, extorquindo dinheiro do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A gravação fora feita na época em que Waldomiro era presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj). A denúncia foi a primeira a atingir o governo Lula, mas manobras

políticas fizeram com que a CPI que deveria investigá-la ficasse em banho-maria por mais de um ano. Ela só foi instalada em junho de 2005, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, e depois que surgiram outras denúncias envolvendo o governo, como o mensalão pago a parlamentares e a cobrança de propina nos Correios.

Depois de instalada, a CPI presidida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) dedicou-se com tal zelo a apurar as denúncias

que acabou enveredando por inúmeras frentes de investigação. Por causa disso, foi apelidada pela imprensa de CPI do Fim do Mundo. Mas o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), argumenta que todas as frentes têm ligação umas com as outras, porque envolvem crimes conexos. Com o encerramento da CPI, o que não pôde ser apurado a fundo deverá ficar a cargo do Ministério Público. Veja os principais casos investigados pela comissão.

Mansão em Brasília envolve Palocci

O caseiro Francenildo dos Santos Costa afirmou à CPI que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci freqüentava uma casa alugada em Brasília pelo grupo de Ribeirão Preto para fechamento de negócios com lobistas e festas com prostitutas. Acusado de receber dinheiro para fazer a denúncia, o caseiro teve seu sigilo bancário quebrado e vazado para a imprensa. Palocci foi acusado como mandante da violação e acabou demitido do Ministério da Fazenda.



Francenildo

Corrupção em Ribeirão Preto

Rogério Buratti denunciou a existência de caixa dois na prefeitura de Ribeirão Preto, com pagamento de propina de R\$ 50 mil mensais pela empresa Leão Leão, entre 1993 e 1996, na gestão do então prefeito Antonio Palocci. A empresa fazia a coleta de lixo na cidade. O dinheiro seria repassado ao diretório nacional do PT.



Rogério Buratti

Assassinato de Celso Daniel

O irmão do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, João Francisco Daniel, acusou o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, de entregar dinheiro proveniente de extorsão de empresários de transporte urbano ao então presidente nacional do PT, José Dirceu (SP). O esquema teria motivado o assassinato de Celso Daniel, em 2002. Carvalho desmentiu as acusações. O doleiro Toninho da Barcelona referiu-se ao suposto esquema de corrupção dizendo que dois doleiros faziam operações com dinheiro em notas de baixo valor, comuns no setor de empresas de ônibus.

Irmão de Lula acusado de lobby

Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão do presidente Lula, foi acusado de intermediar negócios do empresário português Emídio Mendes com a Petrobras. A estatal confirmou que Vavá acompanhou Mendes em visita às suas instalações, mas negou que o irmão de Lula tenha feito lobby a favor do empresário.

Pagamento de dívida do presidente

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, confirmou o pagamento de certos trabalhistas de Lula junto ao PT no valor de R\$ 29 mil. Alguns senadores acreditam que o dinheiro seria proveniente do valerioduto. Ouvido duas vezes pela comissão, Okamoto conseguiu no STF impedir a quebra dos seus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Caixa dois em São José dos Campos

Por intermédio do depoimento do ex-militante do PT Paulo de Tarso Venceslau, a comissão investigou denúncias de irregularidades na prefeitura de São José dos Campos. Venceslau denunciou um suposto esquema envolvendo uma empresa do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, como fonte do caixa dois do PT no município. O ex-petista também acusou Paulo Okamoto, do Sebrae, de fazer tráfico de influência entre prefeituras paulistas.

Distribuição de dólares de Cayman

O doleiro Toninho da Barcelona apontou esquema que começava no Trade Link Bank, que seria um dos braços do Banco Rural. Segundo ele, o banco recebia o dinheiro nas Ilhas Cayman, por meio de uma ordem do empresário Marcos Valério, e transferia dólares para o doleiro Dario Messer, no Panamá. Daí seguia para a Barcelona Tour, que fazia o repasse em reais para a corretora Bônus-Banval, responsável pela distribuição a pessoas indicadas por Valério, via Banco Rural.



Doleiro Toninho

Extorsão por Waldomiro Diniz

Waldomiro Diniz foi gravado pedindo contribuições a Carlinhos Cachoeira para as campanhas das então candidatas ao governo do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (hoje no PMDB) e Benedita da Silva (PT), além de 1% para ele no total dos contratos fechados. O então deputado Carlos Rodrigues também foi acusado de participar do esquema.



Waldomiro Diniz

Máfia do Apito no Brasileirão

A CPI investigou o esquema de venda de resultados de jogos de futebol apitados pelo ex-árbitro Edílson Pereira de Carvalho, revelado pela revista *Veja* em setembro de 2005, e que resultou na anulação de 11 jogos do Campeonato Brasileiro.

Contrato da GTech com a Caixa

A Caixa Econômica Federal e a GTech fecharam, em janeiro de 2003, um contrato-tampão de 90 dias para processamento de loterias federais. Em março, dias antes do fechamento de novo contrato, Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Rogério Buratti, Marcelo Rovai (GTech) e Enrico Gianelli envolveram-se em uma série de negociações para renovar o contrato da GTech com a CEF, firmado em 25 meses, no valor de R\$ 650 milhões. Os envolvidos acusaram-se mutuamente de tentativa de extorsão. Em relatório parcial, a CPI pediu ao Ministério Público o indiciamento de 34 pessoas e de três empresas.

“Laranja” em Belo Horizonte

A empresa MM Consultorias, do advogado Walter Santos Neto, de Belo Horizonte, recebeu R\$ 5 milhões pela prestação de serviços à GTech. Investigações apontam que o montante seria pagamento de propina pela multinacional e que Neto seria um “laranja vip”.

Assassinato de Toninho do PT

Roseana Garcia, viúva do ex-prefeito de Campinas Toninho do PT, denunciou à CPI que o assassinato de seu marido em setembro de 2001 também teria vínculo com as casas de bingo, combatidas pelo prefeito.

Arcanjo, o Comendador

A CPI investigou o ex-policial civil João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, tido como chefe do crime organizado e do jogo ilegal em Mato Grosso. Arcanjo, que cumpre pena de 37 anos em Cuiabá, também é suspeito de ter participado em 2002 da trama que culminou com o assassinato do então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, do PT. Arcanjo era sócio, em empresas de transporte, de Ronan Maria Pinto, acusado de participar de um esquema de cobrança de propina na prefeitura de Santo André (SP), e de Sérgio Gomes, indiciado pelo crime.



Arcanjo Ribeiro

Ex-assessora do PT acusa Paulo Bernardo

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi acusado pela ex-assessora do PT Soraya Garcia, em depoimento à CPI, de ser um dos principais responsáveis pela utilização de caixa dois na campanha de reeleição do prefeito de Londrina, Nedson Micheletti, em 2004.

Dólares de Cuba para campanha de 2002

A partir de denúncia da revista *Veja*, a CPI começou a investigar um suposto repasse de US\$ 3 milhões do governo de Cuba para a campanha de Lula à Presidência em 2002. Em Brasília, o dinheiro teria ficado na Embaixada de Cuba. Depois teria sido levado a Campinas por Vladimir Poletto, ex-assessor de Antonio Palocci em Ribeirão Preto, acondicionado em três caixas de bebida. De Campinas, Ralf Barquete (que morreu de câncer em 2004), também ex-assessor de Palocci, levaria o dinheiro para o então tesoureiro petista Delúbio Soares.

CRÍSE POLÍTICA

Maciel prega reforma do Estado brasileiro

O senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que as reformas políticas no país têm se restringido a simples mudanças pontuais do sistema partidário-eleitoral. Na interpretação do senador, o Brasil precisa de “reformas institucionais”, que teriam aspecto mais abrangente.

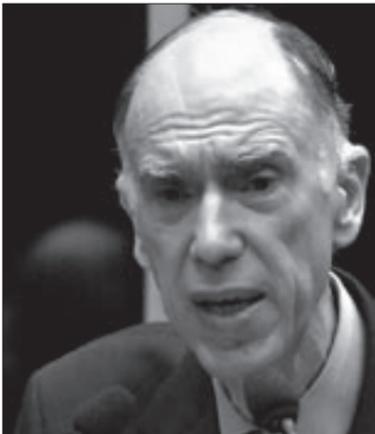
– As verdadeiras reformas institucionais que o país reclama não dependem somente de mudanças nas leis, mas também do saneamento das práticas e dos processos correntes – ressaltou Maciel em discurso.

O senador destacou que tais reformas das instituições do Estado ajudariam o país a superar “o agudo déficit de governabilidade que, por sua vez, limita o nosso processo de desenvolvimento”.

Maciel citou trechos do livro *Entre Duas Repúblicas*, do

jurista, filósofo e cientista político italiano Norberto Bobbio, em que este analisa a conjuntura da Itália após a Segunda Guerra Mundial, quando o país discutia os rumos da nova Constituição, de 1946. Tanto na Itália como no Brasil de 1946, comparou Maciel, as novas constituições tinham o objetivo de “devolver às nações a democracia tão cruelmente banida, lá pelo fascismo, aqui pelo Estado Novo”. Ao analisar Bobbio, Maciel defendeu que a política depende mais das instituições que das pessoas que as integram.

– Para reformar o Estado é preciso, tão logo se iniciem a próxima legislatura e a investidura dos titulares do Executivo, eleitos em outubro próximo, revermos o conceito em que se



Maciel, citando Norberto Bobbio: as instituições são o mais importante

fundamenta a própria legitimidade do Estado, sua utilidade, suas finalidades e os limites de sua atuação. Esta é a nossa missão após a eleição. É uma aspiração de toda a sociedade brasileira – concluiu Maciel.

Jefferson vê o Congresso humilhado

Ao confessar que sentiu tristeza por ser membro do Congresso quando o advogado Sérgio Wesley da Cunha, em acareação na CPI do Tráfico de Armas, disse aos deputados que na Câmara “se aprendia rápido a malandragem”, o senador Jefferson Péres (PDF-AM) afirmou que nunca o Congresso Nacional passou por tamanha humilhação. Ele acrescentou que o pior é que a humilhação talvez seja merecida.

– Os deputados assumiram uma posição equivocada quando pensaram que poderiam insultar o depoente. Ao ser chamado de malandro o advogado perdeu a tranqüilidade e replicou. Portanto, os deputados mereceram ouvir a réplica, que, apesar de desrespeitosa e insultuosa com o Congresso, mereceu a aprovação da população. Pelos e-mails que recebi, as cartas que li nos jornais e os contatos que mantive, no fim de semana, no Rio de Janeiro, as pessoas avaliam que ele foi preso por ter dito a

verdade – afirmou.

Na avaliação do senador, a desmoralização do Parlamento brasileiro pode ser uma das explicações para o fato de o presidente Lula estar liderando as pesquisas para o pleito presidencial. Na análise do senador, “como a maioria dos eleitores considera os políticos todos iguais, prefere relevar os erros, as omissões e as prevaricações de Lula”.

Jefferson Péres também explicou os motivos que levaram a oposição a não entrar com um pedido de *impeachment* contra o presidente Lula. A falta de clamor popular seria um deles. Um outro seria o descrédito da atual legislatura, sobretudo dos deputados. Na opinião do senador, faltaria autoridade moral à Câmara para julgar o presidente, já que absolveu parlamentares envolvidos com o mensalão e nem sequer punirá os envolvidos no desvio de recursos para a compra de ambulâncias.

Tourinho denuncia propaganda do PT

Em dois discursos sucessivos, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) contestou anúncio publicitário do PT, veiculado na televisão da Bahia, que destaca os resultados do Programa Luz para Todos naquele estado. Ele afirmou que o programa de eletrificação é apresentado “como se fosse uma grande invenção do governo Lula, o que não é verdade”.

– É como se a Bahia estivesse na escuridão e, com o Luz para Todos, saísse de tal situação – declarou o senador.

Segundo Tourinho, o Programa Luz no Campo, criado antes do governo Lula, realizou 653 mil ligações no meio rural entre 2000 e 2002, enquanto com o Luz Para Todos houve 638 mil ligações entre 2004 e 2006.

O senador ressaltou que, apesar das críticas à propaganda do PT, ele apóia o Luz para Todos. Mas frisou que o programa conta, na Bahia, com “uma grande participação do governo estadual”.

– Essa participação é de 30% dos recursos investidos pelo programa no estado. É a maior participação entre todos os esta-

dos do país – ressaltou ele

Polêmica sobre obras com recursos da CEF

Ao cumprimentar o presidente do Senado, Renan Calheiros, pela decisão de instalar uma comissão mista visando sistematizar os projetos que tramitam no Congresso sobre saneamento, o senador César Borges (PFL-BA) criticou o governo federal por fazer propaganda de obras financiadas pela Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS e do FAT como se os recursos fossem do governo. Ele mostrou dois modelos de placas com a suposta propaganda enganosa.

Na avaliação do senador pela Bahia, o mais grave é que, no próprio modelo de contrato que a Caixa assina com estados e municípios para liberar o empréstimo, ela estaria obrigando o tomador do dinheiro a afixar em local visível ao público a propaganda do governo federal. Mais ainda, em outra cláusula a Caixa estipularia que a não colocação da placa implicaria a suspensão dos desembolsos.

– A Caixa está sendo utilizada a

serviço político do governo Lula. É preciso um mínimo de honestidade intelectual. O dinheiro que está sendo liberado não é do governo, não pertence ao Orçamento da União. Além do mais, como é empréstimo, a população daquele estado ou município terá que pagar pelo recurso. O que realmente teve a participação do governo Lula foi a quebra do sigilo do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que até provocou a queda do ministro Antonio Palocci – afirmou César Borges.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em aparte, apontou que o governo, por não ter obras próprias para mostrar, estaria divulgando como suas ações que são financiadas com dinheiro do trabalhador.

Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), os recursos da Caixa são públicos e o governo Lula deve ter o mérito de ter ampliado sua liberação.

De opinião contrária, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) insistiu que a população tem que saber que a liberação de dinheiro para obras de saneamento é feita na forma de empréstimo, que terá que ser pago.

Para Saturnino, reeleição de Lula será simples

Os resultados alcançados pelo governo petista nos últimos quatro anos tornarão relativamente simples a campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou o senador Roberto Saturnino (PT-RJ). O parlamentar destacou que o desempenho do Brasil na economia, os efeitos das políticas sociais e a situação do Brasil no cenário externo serão suficientes para que a sociedade analise tais resultados.

Para Saturnino, a opção que o governo fez pela política fiscal e monetária conservadora explica-se pelo histórico de hiperinflação, tradicional na economia brasileira.

– O receio de que o quadro viesse a se repetir fez com que se puxassem os freios e o crescimento verificado ficou bem aquém do potencial. Ainda assim, ele foi substancialmente maior do que

em períodos anteriores – ponderou. Saturnino ressaltou, porém, que de nada adianta crescer se não houver distribuição de renda, e, nesse sentido, o senador disse acreditar que o governo Lula tem os melhores resultados já registrados na história do Brasil.

– Pela primeira vez, o quadro vai se alterar em favor dos mais carentes. O Bolsa Família, por exemplo, tão criticado por seu suposto caráter paternalista, é um grande programa de redistribuição, com efeitos concretos sobre a renda disponível das camadas mais pobres. Não é à toa que ele desperta o interesse do mundo inteiro – observou.

Além disso, prosseguiu o senador, é importante frisar os avanços verificados na política de reforma agrária, a sustentação e o crescimento do salário mínimo, o microcrédito e as políticas habitacionais.

Heráclito: oposição vai exibir imagens de CPIs

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que a oposição vai exibir na TV imagens das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) na campanha eleitoral deste ano para que a população brasileira possa refletir sobre o atual governo e tomar uma posição antes de votar em seu candidato a presidente da República.

– A população brasileira terá muito prazer em conhecer os descaminhos da corrupção que acontecem no governo do presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva. Vamos exibir os piores desmandos. O direito de uso da TV será igual – afirmou Heráclito.

Para o senador, houve, no atual governo, “um esquema de corrupção endêmico” que pode ser demonstrado pelas CPIs, sem que o PT tenha apurado devidamente as responsabilidades legais por infrações e crimes cometidos.

Heráclito fez ainda uma série de críticas ao posicionamento do presidente Lula diante de várias questões.

Tuma deseja trazer agente da CIA para se explicar

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou que apresentará requerimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para convidar o “representante” da agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA) no Brasil. Tuma quer ouvir dele se passou informações ao dirigente da empresa de investigações Kroll, Frank Holder, sobre o comportamento de autoridades na disputa entre fundos de pensão e o Banco Opportunity pelo

controle da Brasil Telecom.

A informação foi publicada pela *Folha de S. Paulo* e constaria de relatório preparado pelo dirigente da Kroll. Segundo o jornal, o relatório da Kroll menciona Tuma como pessoa simpática à Telecom Itália, sócia da Brasil Telecom e, à época, em atritos com o Opportunity. O senador enviará ofício ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. “Isso é quebra de soberania. Não é aceitável”, disse.

Arthur Virgílio contesta matéria da revista *Veja*

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) contestou a revista *Veja*, que, na edição da semana retrasada, o incluiu em “uma bancada sensível aos interesses do dono do [banco] Opportunity”, Daniel Dantas. O senador desmentiu essa afirmação e declarou que espera pelos pedidos de desculpas dos autores da reportagem.

– Não é assim que se faz uma carreira decente no jornalismo – protestou.

Em um dos trechos contesta-

dos pelo senador, a reportagem afirma que, “há três semanas, o senador Virgílio (...) denunciou a tentativa de achaque a Dantas feita por Delúbio Soares”.

– Não foi isso que eu disse. Eu denunciei o achaque supostamente feito a Dantas não por Delúbio, mas por Lula, Antonio Palocci e José Dirceu – declarou o parlamentar, destacando que sua denúncia foi baseada em declarações da irmã do banqueiro, Verônica Dantas, perante a Justiça norte-americana.

ECONOMIA

Ana Júlia defende fim de desoneração da Lei Kandir

Ao discursar em Plenário na sexta-feira, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a proposta do governo que acaba com a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) estabelecida pela Lei Kandir, que beneficia as exportações de produtos primários e semi-elaborados. Pela proposta, argumentou ela, os estados voltariam a ter essa fonte de receita – uma vez que o ICMS é um imposto estadual – e não receberiam as compensações pagas pela União para cobrir as perdas com a desoneração. No entanto, as empresas exportadoras seriam ressarcidas com recursos de um fundo que seria bancado pela União e por parte das receitas do ICMS sobre importações.

A senadora afirmou que esse fundo permitiria eliminar uma das razões dos atrasos das votações

anuais do Orçamento da União: justamente as negociações sobre as compensações financeiras concedidas aos estados.

– E as compensações nunca cobrem todas as perdas, além de serem distribuídas de forma injusta – acrescentou.

Segundo Ana Júlia, o Pará, estado que representa, está entre as unidades da Federação mais prejudicadas pela Lei Kandir, pois “exporta produtos primários e semi-elaborados e importa muito pouco” – ou seja, além de não receber o ICMS sobre exportações, sua receita com o ICMS cobrado sobre importações é pequena.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) declarou que a Lei Kandir “foi elaborada em um momento de desespero, porque naquela época (1996) o governo insistia na ‘âncora cambial’, que levou a um desastre na balança comercial”.

Lúcia Vânia registra dez anos da Loas

Ao registrar os dez anos de implementação do benefício da prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), celebrados este ano, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou o desinteresse do governo Lula pela data. Na sua opinião, esse é o maior programa de transferência de renda do país, que assegura um salário mínimo mensal a portadores de deficiência e idosos sem condições de garantirem seu sustento. Essa postura de descaso seria motivada pelo fato de a Loas não ter “marca partidária” e não render dividendos eleitorais, ao contrário do Bolsa Família, classificado por ela como “assistencialista”.

Para Alvaro Dias, Previdência Social tem superávit

Ao comentar anúncio do governo de que foi registrado déficit da Previdência de R\$ 38 bilhões em 2005, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) reafirmou sua tese de que, ao contrário do número apresentado, a Previdência gera superávit. Por suas contas, o resultado real da Previdência em 2005 foi um superávit de R\$ 78,8 bilhões. Segundo ele, o governo não inclui entre as receitas da Previdência a arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

– Fica claro que os gastos sociais servem para financiar o governo e garantir o superávit primário – afirmou.

Paulo Paim afirma que fator previdenciário é “perverso”

O senador Paulo Paim (PT-RS) condenou o fator previdenciário, que derrubou a aposentadoria por idade. Para ele, o mecanismo é “perverso” – implementado em 1999, na reforma da Previdência feita no governo FHC, e mantido na reforma de 2003, já no governo Lula –, na medida em que reduz o valor do benefício dos aposentados e pensionistas e se aplica apenas aos que recebem até sete salários mínimos. Segundo Paim,

as maiores prejudicadas seriam as mulheres – há um redutor de 41,5% nos seus benefícios (contra 35% para homens).

Paim informou que a Comissão do Salário Mínimo deve finalizar seus trabalhos até novembro. Até lá, ele espera que seja aprovado relatório que aponte para uma política de recuperação do mínimo e dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas, além do fim do fator previdenciário.



Ideli Salvatti, líder do governo: mercado interno garantiu o bom resultado do trimestre



José Agripino, líder do PFL: resultado é píffio, pois Brasil não segue a média mundial



Jefferson Péres, do PDT: presidente Lula acertou na política macroeconômica

Senadores debatem o crescimento do PIB

Governo e oposição fizeram análises opostas sobre o resultado anunciado para a expansão do produto interno bruto (PIB) registrada no primeiro trimestre deste ano. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país cresceu 1,4% nos três primeiros meses de 2006, quando comparados com os últimos três meses de 2005. A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, ressaltou que, dessa vez, o mercado interno – e não as exportações – foi o único responsável pelo crescimento da economia, prova, afirmou Ideli, que a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas não são apenas resultado de propaganda, mas de “ações concretas adotadas pelo governo”.

– Isso desmonta a lógica se-

gundo a qual só podemos dividir depois de crescer – declarou a líder do PT.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou o governo pela retomada do crescimento do PIB, lembrando que sempre utiliza a tribuna para criticar o governo pela falta de uma “conduta ética”. Segundo ele, Lula acertou na política macroeconômica, evitando a fuga de capitais do país e controlando a inflação por meio do aumento da taxa básica de juros e da valorização do real.

– Nenhum presidente pode ignorar a globalização, conforme queria a ala radical do PT, e forçar, irresponsavelmente, um crescimento à custa de inflação. Hoje, nem Juscelino Kubitschek poderia – disse o senador.

Jefferson afirmou que, “não

fosse uma política de juros altos, amarga, mas necessária”, o país hoje estaria enfrentando uma recessão.

Para o líder do PFL, José Agripino (RN), o presidente se vangloria de um “crescimento econômico píffio”, uma vez que o Brasil não tem conseguido atingir sequer o nível do crescimento mundial, cuja média nos últimos três anos foi de 4,75%, contra 2,5% no país.

– Não quero nem comparar o crescimento do Brasil com o da China, que conseguiu 10,3%. A Índia, com todos os seus problemas e 1 bilhão de habitantes, cresceu 9,3%. Poderíamos pelo menos ter mantido a média mundial, mas nem isso o governo Lula consegue. Perdemos os melhores momentos da bonança mundial – lastimou.

Sucesso do Bolsa Família é celebrado

O desempenho positivo atribuído pelo Banco Mundial ao programa Bolsa Família, tema de artigo do colunista da *Folha de S. Paulo* Luís Nassif, foi destacado em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Antes de comentar essa avaliação, entretanto, o senador leu o artigo – intitulado “A gestão na área social” – que resalta a indicação do Bolsa Família como o mais amplo, eficaz e bem focalizado programa de transferência de renda da América Latina.

No texto, Nassif mostra que a fórmula de sucesso do Bolsa Família está na adoção de dois mecanismos inovadores nas políticas sociais brasileiras: o princípio da “focalização”, que permitiria uma melhor avaliação da eficácia de suas ações, e um programa de qualidade para



Para Eduardo Suplicy, próximo passo é implantar a renda básica da cidadania

aperfeiçoar o gerenciamento de suas rotinas internas, montado em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC). Com essas medidas, o Bolsa Família conseguiu aumentar em 21,35% o orçamento médio familiar, que passou de R\$ 302 para R\$ 365.

Para Suplicy, o aperfeiçoamento de iniciativas sociais irá prosseguir com a implantação da renda básica de cidadania, em que todos os brasileiros, independentemente de raça, sexo e condição social, teriam direito a receber uma renda mínima como parte da riqueza produzida pelo país. Ainda na sua opinião, a condução de um programa de transferência de renda “bem desenhado” também contribuiria para estimular o ingresso de seus beneficiários no mercado de trabalho.

O mesmo relatório do Banco Mundial foi citado em discurso pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC). O estudo mostra que, no Brasil, 73% dos recursos chegam, de fato, aos 20% mais pobres da população. Em segundo lugar, disse Ideli, vem o Chile, com 58%.

ECONOMIA DIGITAL - Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a falta de uma política nacional para a economia digital. Para ele, em ano de eleição presidencial, o tema, que “diz respeito à modernidade e é indispensável ao exercício pleno da soberania”, não pode ser esquecido. Alvaro lamentou o fato de, em 2006, o Brasil ter caído seis posições e ficado em 52º lugar no ranking do Fórum Econômico Mundial, que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade.

NOVAS EMPRESAS - Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou o governo pelo envio à Câmara dos Deputados de projeto que cria a Rede Nacional para a Simplificação de Empresas e Negócios (Redesim). Ele ressaltou a importância da proposta, que irá facilitar a criação de empresas e gerar empregos no país. Conforme o senador, que lembrou ter apresentado proposição semelhante em 2004, recente estudo do Banco Mundial atesta o absurdo da situação brasileira no que concerne à abertura de novas empresas, nos mais diversos ramos de atividade.

SETOR TÊXTIL - Marcos Guerra (PSDB-ES) advertiu que o setor têxtil e de vestuário, que emprega 1,6 milhão de pessoas, poderá quebrar se o governo não atender às reivindicações apresentadas por empresários e trabalhadores ao presidente Lula. As dificuldades se devem, entre outras causas, à concorrência de produtos da China, que entram no Brasil subfaturados ou por contrabando. O senador esteve no encontro no Palácio do Planalto, pois representa o Espírito Santo na Associação Brasileira da Indústria Têxtil.

CRISE FINANCEIRA - Iris de Araújo (PMDB-GO) alertou para as consequências da turbulência no mercado financeiro para o setor produtivo brasileiro, como a valorização do dólar em 10,69% nos últimos 30 dias em função da expectativa de eventual aumento na taxa de juros nos Estados Unidos (que acabou não acontecendo). A senadora culpou a manutenção da política econômica que beneficia apenas os bancos e o capital especulativo pela instabilidade do mercado financeiro e suas consequências.

MERCOSUL

Em busca da união sul-americana

Sérgio Zambiasi

Os atuais e futuros conflitos do processo de integração da América do Sul poderão ser mais facilmente resolvidos após a instalação do Parlamento do Mercosul, aposta o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. A seu ver, o futuro órgão - com parlamentares de Argentina, Brasil,

Paraguai e Uruguai - será o "foro adequado" para a construção de soluções de problemas regionais. Para Zambiasi, a rápida aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul pelo Congresso poderá ser vista como um importante sinal do Brasil em favor da consolidação do bloco. A seguir, entrevista concedida pelo senador à Agência Senado.

O Protocolo do Parlamento do Mercosul chega ao Congresso Nacional em um momento difícil para o bloco econômico. Argentina e Uruguai se desentendem por causa da instalação de fábricas de celulose no Uruguai, enquanto Bolívia e Brasil discutem uma solução para a crise do gás. De que forma o futuro Parlamento do Mercosul pode vir a ajudar o processo de integração?

Zambiasi - O ponto mais agudo da crise já foi vencido. Os eventuais excessos cometidos pela Bolívia foram superados, e a questão uruguaio-argentina está sendo discutida nos foros adequados. Há uma sensação de arrefecimento da crise, e o Brasil tem um papel fundamental nesse processo, com a aprovação do protocolo. O Parlamento do Mercosul será o foro adequado para buscar saídas para as crises, pois o grande espaço político das negociações é o Legislativo. Se tivermos como referência o Parlamento europeu, vemos que a preparação dos grandes acordos passa por uma grande discussão ali.

O Parlamento europeu é o único órgão regional dessa natureza hoje no mundo. A América do Sul



Parlamento do Mercosul, tendo como referência o Parlamento europeu, será o foro adequado para buscar saídas para as crises, afirma Zambiasi

está preparada para dar um passo semelhante?

Zambiasi - A América do Sul precisa do Parlamento do Mercosul. Eu entendo o Mercosul como um projeto embrionário de união sul-americana. O fortalecimento sul-americano passa pela unidade do bloco. Defendo primeiro a consolidação do Mercosul, depois a extensão para os novos associados, com a incorporação do Chile, da Bolívia e da Venezuela. São feitas muitas críticas à Venezuela, em função do

[presidente Hugo] Chávez. Mas a Venezuela não é o presidente, estamos falando do país. Para nós é importante ver a Venezuela como membro pleno, porque estaremos levando o Mercosul para o norte.

Como o senhor vê a questão da discussão sobre o tamanho das bancadas de cada país no futuro Parlamento do Mercosul?

Zambiasi - Nosso primeiro desafio é o de instalar o parlamento em dezembro. Entendemos que nesses

próximos 30 a 40 dias o Congresso brasileiro aprova a medida. A aprovação poderá levar a Argentina e o Uruguai a fazerem o mesmo, pois no Paraguai a questão já está resolvida. Nessa fase inicial se atenderá a uma reivindicação especial do Paraguai e do Uruguai, de que as bancadas tenham o mesmo número de parlamentares. O parlamento instalado terá que organizar as eleições diretas para os deputados, que tomarão posse depois do primeiro período de transição. O momento mais desafiador dos primeiros integrantes do parlamento será o de regulamentar a questão das eleições, estabelecendo a proporcionalidade, que é necessária.

Como o senhor vê as possíveis críticas aos gastos para a instalação do novo parlamento?

Zambiasi - Esse parlamento será transparente e austero. As despesas serão mínimas, porque o parlamentar indicado no primeiro momento vai usar a estrutura de seu gabinete, o que reduz os custos. Na nossa previsão, contará com aproximadamente 20 servidores, como um diretor legislativo e assessores de comissões.

PLENÁRIO

Heloísa vê descaso com os mais pobres

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou, em Plenário, a falta de atenção para com as políticas públicas que considera essenciais, sobretudo para a população mais pobre do país, que são as voltadas para as áreas de educação, saúde e segurança pública. Com base em relatório sobre as contas do governo em 2005, recém-divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a senadora classificou de "aberração" o fato de menos de 5% de todos os investimentos federais terem sido empregados

nas três áreas no período.

Heloísa ainda denunciou que, do total dos recursos destinados a atendimento hospitalar, mais de 90% foram absorvidos por estabelecimentos privados conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ele observou que esses serviços são exatamente os mais caros, referentes ao tratamento de doenças degenerativas ou graves que evoluíram pela falta de investimentos em ações preventivas nas redes de atendimento básico do sistema público.

- Por não ser tratado de uma

hipertensão leve, o paciente, quando vai ser atendido, já apresenta um quadro de acidente vascular-cerebral - argumentou.

A falta de investimentos em serviços essenciais em saúde, educação e segurança, como avaliou a senadora, reflete a opção do atual governo e da gestão anterior, de Fernando Henrique, de privatizar o Estado brasileiro. Segundo Heloísa Helena, essa privatização às vezes é feita de forma mascarada, como ocorreria por meio das parcerias público-privadas (PPPs).

Gilvam Borges apela por funcionários do Incra

Gilvam Borges (PMDB-AP) apelou ao governo federal para que atenda às reivindicações dos funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em greve desde o dia 4 de maio. Segundo o parlamentar, os salários desses funcionários estão bastante defasados e a paralisação ameaça o cumprimento das metas da reforma agrária para 2006, as quais, afirma ele, "já estavam em risco mesmo antes da greve".

- O Brasil não pode esperar mais para resolver o problema dos trabalhadores do campo, da mesma maneira que as justas reivindicações dos servidores, algumas delas já transitadas em julgado nos tribunais, não podem aguardar, indefinidamente, por uma solução - apelou. O senador lembrou que na pauta de reivindicações dos funcionários do Incra estão, entre outros pontos, a recomposição do quadro de pessoal do instituto.

Paim sugere pacto de diferentes correntes

Paulo Paim (PT-RS) sugeriu em Plenário que duas vertentes políticas gaúchas - Pacto pelo Rio Grande e Rio Grande que Queremos - façam uma convergência de suas propostas em benefício da população. Para ele, os objetivos das duas correntes são os mesmos, uma vez que, com base em ampla discussão com a sociedade, apresentam ações para que o estado desenvolva social e economicamente.

O Pacto pelo Rio Grande tem como finalidade criar condições políticas para elaboração de uma agenda mínima de medidas destinadas a iniciar um caminho de superação da grave crise que vive o estado.

Já o Rio Grande que Queremos pretende estabelecer uma agenda estratégica para o desenvolvimento econômico e social do estado do Rio Grande até 2020. "Ou a gente se desprende das vaidades pessoais ou seremos cobrados pelas gerações futuras", afirmou Paim.

Mesquita Júnior quer jovem trabalhando como agente

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou que começará a recolher assinaturas para viabilizar a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) para instituir a figura do agente comunitário rural, admitindo-se para a função jovens entre 16 a 24 anos domiciliados há mais de cinco anos em comunidades rurais, por meio de processo seletivo, treinamento e capacitação.

Na avaliação do parlamentar, caso seja instituído o novo cargo, os jovens que moram na zona rural poderão, após atingir sua maioria, atuar como agentes multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, auxiliando o sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural.

- Trata-se de oferecer a milhares de jovens deste país perspectiva de conhecimento, trabalho e renda - disse.

Delegação chinesa visita o Senado

Acompanhados do embaixador Chen Duqing e da deputada He Yehui, uma delegação representante da República Popular da China visitou, na manhã da última sexta-feira, o Plenário do Senado. Os visitantes foram cumprimentados pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que presidia a sessão, e pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que celebrou a amizade entre o Brasil e aquele país. - Registramos com alegria a presença de toda a delegação - afirmou.

Arthur Virgílio registra situação indígena

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), registrou a publicação, nos principais jornais do país, de dados do relatório divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), segundo os quais o número de assassinatos de índios no Brasil dobrou no governo Lula em comparação com o governo Fernando Henrique. De acordo com o relatório, entre 2003 e 2005 houve um aumento de 40,67% na média anual de homicídios de índios. Arthur Virgílio destacou que, de cada mil crianças indígenas nascidas, 70 morrem em consequência de desnutrição e outras doenças.

Voz do Leitor

DIREITOS TRABALHISTAS

“Senador Paulo Paim, manifesto meus aplausos pelo substitutivo de sua autoria que acrescenta cláusulas de boa-fé na CLT. Esse dispositivo vai inibir que empresas se beneficiem com a procrastinação de contenciosos trabalhistas. Outra medida que também levaria em conta o interesse da parte mais fraca, que é o trabalhador, seria a aprovação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.”

Ernani Baltazar Santos Barbosa, de Niterói (RJ)

BOLSA FAMÍLIA

“O Programa Bolsa Família não é motivo de orgulho para o governo federal porque, na verdade, ele é fruto da falta de atitude por parte do presidente Lula, que prioriza uma sociedade capitalista e penaliza todo o setor agrícola e industrial do país. Na França houve o movimento da queda da Bastilha. No Brasil, será necessário um movimento contra a corrupção para que haja a moralização da política do país.”

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

INVESTIDORES

“Não tenho nada contra os estrangeiros que vêm ao Brasil para investir. Deveria haver uma lei que obrigasse todas as grandes empresas estrangeiras que atuassem no Brasil a abrir parte de seus capitais em ações para serem cotadas em bolsa e, assim, dividir seus ganhos capitais com os brasileiros. O *modus operandi* dessas empresas é lucrar no Brasil, remeter o lucro para o país de sede e

dividi-lo com os acionistas estrangeiros. Isso não me parece certo. Os lucros de montadoras, laboratórios, bancos, indústrias eletroeletrônicas etc. precisam beneficiar brasileiros também.”

Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)

PENA DE MORTE

“Sugiro um projeto de lei para introduzir a pena de morte no Brasil.”

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

FISCALIZAÇÃO

“Sugiro um projeto de lei que vise tornar mais eficiente a fiscalização, por parte do Poder Executivo, das fronteiras brasileiras e das ONGs ambientais, para evitar que recursos naturais da Amazônia sejam ilegalmente extraídos e entregues ao estrangeiro.”

Elieú Feitosa da Silva, de Ceilândia (DF)

CIRCULAÇÃO

“Fico contente em ser um leitor multiplicador do **Jornal do Senado**, que hoje está presente em mãos valiosas: as dos professores da escola Deus é Amor e as dos responsáveis pela biblioteca Ler é Preciso, ambas na cidade de Urbano Santos (MA). Parabéns pela ampla circulação do semanário político.”

Edmar Rodrigues dos Santos, de Urbano Santos (MA)

VERBAS

“Sugiro à senadora Patrícia Saboya que elabore um projeto de lei que vise liberar verbas para o fundo do Conselho da Criança e do Adolescente.”

Francisco Paiva Galvão, de Porto de Moz (PA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

IMPOSTOS

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

“Senador Efraim Morais, nós, cidadãos brasileiros, pagamos em média cinco meses de impostos durante o ano, ou seja, quase a metade do ano. Para onde vão todos esses impostos que nós pagamos? E onde eles são investidos?”

O senador Efraim Morais (PFL-PB) responde:

Prezado Murilo, sua pergunta é muito pertinente. Os impostos arrecadados pelo governo federal têm por finalidade a execução de projetos que visem melhorar as condições de vida da população. Devem ser aplicados em áreas como educação, saúde, segurança etc. Cabe ao governo federal a gestão desses projetos, ou seja, a execução dessas ações. Apesar de o Congresso votar o Orçamento para o ano seguinte, nem sempre o governo cumpre a programação. Por isso, estamos discutindo o orçamento impositivo, obrigando o governo a executar tudo o que estava previsto para aquele exercício.



REFORMA AMBIENTAL

Aníbal Tavares Bezerra, de Teresina (PI)

“Senador Sibá Machado, por que a reforma ambiental, que viria sobre a criação de unidades de conservação ambiental, nunca teve a mesma atenção dada à reforma agrária?”

O senador Sibá Machado (PT-AC) responde:

Caro Aníbal, acredito que os dois temas são tratados com a mesma prioridade aqui no Congresso. Isso, às vezes, pode não ficar claro porque a reforma agrária é um movimento muito mais forte, com ramificações em todo o país, e por isso mesmo faz mais barulho, aparece mais na mídia. Já a questão ambiental não conta com a mesma organização, aparece de forma mais pontual, e a repercussão fica mais limitada ao trabalho de algumas organizações que desenvolvem e divulgam essas ações. Diante disso, muitos podem pensar que a questão agrária tem merecido mais atenção. Na verdade, nesses três anos de governo Lula foram discutidos e aprovados três projetos robustos, de grande importância para o meio ambiente. O primeiro foi a Lei de Biossegurança, que tratou das células-tronco e estabeleceu normas para a utilização de produtos geneticamente modificados. Foi aprovado ainda o projeto da Mata Atlântica, que estava havia mais de 12 anos parado no Congresso, e ainda o projeto de gestão de florestas públicas, que também gerou muita polêmica. Quanto às unidades de conservação, discordo de que elas não estejam recebendo a atenção necessária. Muitas terras indígenas que estavam sem definição foram criadas e homologadas. Além disso, foram criadas unidades de conservação em vários estados. O Sul ganhou áreas protegidas para as araucárias e, ao longo das 200 milhas na costa brasileira, foram declaradas várias áreas protegidas para preservação de corais, importantes para a reprodução de espécies marinhas.



Frases

“Tanto Geraldo Alckmin quanto José Jorge não são nenhum Brad Pitt, mas são homens de caráter”

Tasso Jereissati, atacando o PT no lançamento da chapa Geraldo Alckmin/senador José Jorge para presidente e vice-presidente da República.

“O governo Lula conseguiu inverter a lógica perversa e derrubar o dogma de que primeiro o bolo precisa crescer para depois ser dividido”

Ideli Salvatti, ao comentar estudo feito pelo Banco Mundial que aponta o Brasil como o país que mais obteve resultados efetivos em programas sociais em 2004.

“Quando o Berzoini diz que um pacto não é possível é o Berzoini botando velhinho na fila de novo. Ele não consegue entender o país avançando”

Arthur Virgílio, reagindo a declarações do presidente nacional do PT, o deputado paulista Ricardo Berzoini, segundo o qual os tucanos adotam um discurso que impede qualquer pacto de boa convivência.

“Se quiserem fazer um jogo político de oposição e governo, estamos preparados”

Efraim Morais, presidente da CPI dos Bingos, que ameaçou prorrogar os trabalhos da comissão por mais 120 dias caso o governo “tente desqualificar o relatório final”.

“Qual dos dois vai mudar, para um ser vice do outro? Como explicar ao povo brasileiro esse casamento, depois de tanto divórcio?”

Cristovam Buarque, questionando a disposição de Eduardo Suplicy de lançar Pedro Simon como candidato a vice-presidente na chapa encabeçada pelo presidente Lula.

“Precisamos romper com essa falácia. Algumas autoridades até se vangloriam de ter sido trabalhadores quando crianças, na linha ‘eu trabalhei e olhem onde estou’”

Pedro Américo, coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho, condenando o trabalho precoce.

Foto da Semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira líderes empresariais que traziam um anteprojeto de lei destinado a garantir ao cidadão informações sobre os impostos que ele paga. O documento obteve mais de 1,5 milhão de assinaturas, que subiram a rampa do Congresso pelas mãos de um batalhão de carregadores



J. FREITAS

Seleção é recebida no Planalto em 2002: *Conexão Senado* vai debater euforia que contagia o país em época de Copa do Mundo

Rádio Senado fala de futebol

A unanimidade vivida pelos brasileiros em época de Copa do Mundo é espontânea ou incentivada pela mídia e pelos setores que lucram com o comércio gerado pela disputa? Afinal, não faltam fabricantes de bandeiras, roupas, uniformes, tênis e acessórios em verde-amarelo, e aparelhos de TV cada vez mais sofisticados.

O programa *Conexão Senado*,

que a Rádio Senado leva ao ar às 12h30 desta segunda-feira, coloca em debate a euforia que contagia o país na Copa e seus aspectos menos eufóricos – como a natureza jurídica da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o patrocínio de jogos por fabricantes de bebidas, o monopólio de indústria de artigos esportivos e o aumento da venda de produtos pirateados no período.

Já a TV Senado lança nesta sexta-feira, às 21h30, o programa *Parlamento Brasil*, cuja primeira edição vai mostrar, entre outros assuntos, o trabalho da frente parlamentar em São Paulo no crescimento do transporte hidroviário, a crise rural em Mato Grosso, e as reivindicações dos produtores de queijo em Minas Gerais.

Com formato de revista eletrônica, o programa terá cerca de 20

minutos e contará com um consultor do Senado para analisar os temas propostos.

A TV também irá apresentar o especial *Presidentes do Senado*. O ex-senador Humberto Lucena é a personalidade do documentário de estréia.

Mais informações sobre a Rádio e a TV Senado estão em www.senado.gov.br/radio e www.senado.gov.br/tv.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

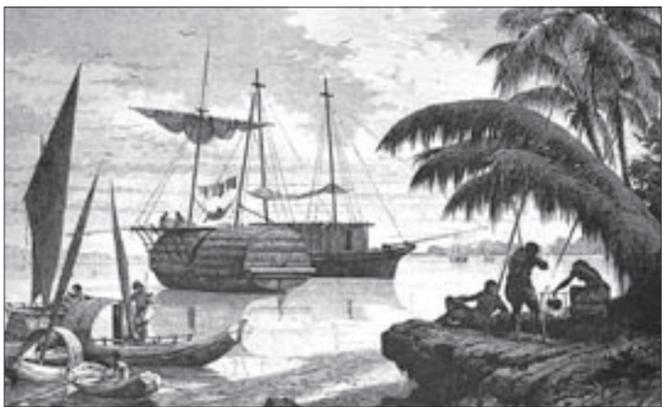
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHAS



Saga da exploração do rio Madeira

O governo brasileiro incumbiu Joseph Keller – pai de Franz –, engenheiro de construção de Baden (Alemanha), de melhorar os caminhos de comunicação do país, organizar novas ruas e linhas férreas, aproveitar os recursos fluviais e levantar linhas telegráficas.

Para explorar um caminho de comunicação com a Bolívia, os

Kellers viajaram pelo rio Madeira e constataram que seria muito difícil eliminar as corredeiras do rio por meio de explosões, ou contorná-las por um canal. Por isso, seria preferível construir uma linha férrea ou uma estrada artificial que evitasse as curvas do rio. No livro, detalhes dessa exploração pioneira realizada pelos Kellers.

KELLER, Franz. *The Amazon and Madeira rivers: sketches and descriptions from the note-book of an explorer. With sixty-eight illustrations on wood.* London: Chapman And Hall, 1874. 177 p., il.

Fundação da República em gravuras

A obra documenta a fundação e proclamação da Primeira República. Traz 31 retratos litografados e emoldurados, em forma de medalhão. Estampas litografadas dobradas mostram a entrega, pelo major Sólón, do pedido de abdicação ao imperador dom Pedro II, em 16 de novembro de

1889, e a partida para o exílio da família imperial, no dia 17 de novembro de 1889, no vapor *Alagoas*.

Com biografias e artigos de jornais de novembro de 1889, completa a obra uma cronologia dos fatos, documentos e descrições dos 20 estados da Federação.

SILVEIRA, Urias Antonio da. *Galeria histórica da revolução brasileira de 15 de novembro de 1889 que ocasionou a fundação da República dos Estados- Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1890. 323 p., il.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO

Legispédia explicará termos legislativos

Uma Enciclopédia Virtual do Legislativo, contendo verbetes e termos sobre a atividade parlamentar, além dos regionalismos que aparecem nos documentos legislativos em todo o país. Essa é a *Legispédia*, cujo lançamento foi anunciado na quinta-feira pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), ao abrir o 5º Seminário Nacional do Interlegis, que acontece em Vitória (ES). Compareceram à solenidade o senador João Batista Motta (PSDB-ES), deputados federais e estaduais, vereadores e servidores das Casas legislativas de todo o Brasil.

De acordo com o diretor-técnico do Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo), José Dantas Filho, a *Legispédia*, que está sendo desenvolvida pelo Interlegis em parceria com outros órgãos do Senado, deverá ser lançada até julho próximo, quando estará disponível na internet em português, espanhol e inglês. A partir daí, seu conteúdo poderá ser ampliado e modificado por parlamentares de todo o Brasil, se-

guindo o conceito da famosa *Wikipédia*, enciclopédia virtual que pode ser consultada e alterada por qualquer pessoa.

Já Efraim Morais explicou que a *Legispédia* é uma das iniciativas que integram a segunda fase do Programa Interlegis, que ele preside.

O presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, deputado César Colnago (PSDB), ressaltou que o Interlegis dá mais transparência aos trabalhos legislativos.

No final do seminário, sexta-feira, foram abordadas as tecnologias que auxiliam, facilitam e divulgam os trabalhos legislativos e os desafios dos parlamentares nos próximos anos.

O diretor do *Jornal do Senado*,



Lançamento é anunciado por Efraim (quarto à dir.), em seminário do Interlegis em Vitória

Eduardo Leão, expôs a estrutura dos órgãos de comunicação responsáveis pela divulgação das atividades da Casa, como debates, apreciação de projetos de lei e investigação das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Encontro debate riscos ao meio ambiente

Terminou na quinta-feira o 6º Encontro Verde das Américas, conferência anual coordenada pela ONG Palíber sobre a preservação do meio ambiente e utilização racional dos recursos naturais. Neste ano, o encontro aconteceu em Brasília, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, com a presença de embaixadores, especialistas em ecologia e parlamentares.

O último dia do evento, que se iniciou na ter-

ça-feira, foi marcado por palestra do oceanógrafo David Zee, sobre os grandes riscos ambientais das mudanças climáticas no planeta.

O jornalista e escritor Paulo Coelho, que presidiu a mesa, prometeu o lançamento da Carta Verde das Américas 2006 para esta segunda-feira. O documento trará um resumo do encontro e uma declaração de princípios ecológicos, a ser entregue às organizações participantes e a entidades políticas.

Aconteceu no Senado

Conquista da primeira Copa causou euforia do país e repercutiu na tribuna

A primeira vitória do Brasil em uma Copa do Mundo causou euforia geral nunca vista no país. Pelo rádio, milhares de brasileiros acompanharam, em 1958, os jogos do Brasil, que derrotou por 5 a 2 a Suécia, no dia 19 de junho, em Estocolmo.

Os jogadores da Seleção foram homenageados pelos senadores, destacando em discursos a atuação da equipe, que contava com craques como Garrincha, Nilton Santos, Didi, Vavá e o jovem Pelé.

– Desejo congratular-me com os brasileiros que, na Suécia, levantaram

para o nosso país a Copa do Mundo. Depois de tantos anos, de tantos esforços, vimos afinal coroados de êxito os nossos propósitos. Foi um grande dia para os corações brasileiros: o júbilo foi geral e exteriorizou-se de maneira excepcional – destacou o então senador Kerginaldo Cavalcanti (PSD-RN).

Para o então senador Gomes de Oliveira (PTB-SC), o que se verificou em Estocolmo foi, “sem dúvida, um dos fatos que mais emocionaram a alma nacional”.

– Hoje, mais do que nunca, graças

à influência do rádio, podemos ouvir de outro continente a transmissão de prélios da importância daquele que nos assegurou a Copa Jules Rimet. Sob o aspecto de propaganda podemos dizer que talvez nenhum outro acontecimento teve tanta repercussão no seio das massas populares neste país, como no mundo inteiro, do que a vitória que os nossos futebolistas assinalaram em terras da Suécia.

A conquista da Copa também foi abordada por outros senadores. (*Colaboração Cedoc Multimídia e Arquivo do Senado Federal*)



Djalma Santos, Pelé e Garrincha comemoram gol na vitória contra a Suécia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.

Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula

Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Atuar como jurado é direito e dever do cidadão

De tempos em tempos a população se mobiliza para acompanhar o julgamento de acusados de crimes que chocaram a sociedade, como é o caso do recente julgamento do jornalista Pimenta Neves, réu confesso condenado pela morte da namorada, mas ainda em liberdade, e do processo contra Suzane von Richthofen, cujo julgamento deve começar nesta segunda-feira em São Paulo.

Suzane foi denunciada pelo

duplo homicídio qualificado de seus pais, crime para o qual a lei brasileira prevê julgamento pelo tribunal do júri, órgão do Judiciário previsto na Constituição.

A instituição do júri se fundamenta na idéia de que o acusado deve ser julgado por cidadãos honrados que expressem o pensamento da comunidade em que ele vive e praticou o crime. Nesta edição do *Especial Cidadania*, saiba mais sobre o que significa e como ser um bom jurado.



Além de abono por falta ao trabalho, atuar como jurado dá direito de preferência em concorrências públicas

Só brasileiros idôneos e maiores de 21 podem compor o júri

O jurado deve ser brasileiro, maior de 21 anos e idôneo (segundo a lei, ter conhecimento, experiência, retidão de conduta e elevação de caráter).

O juiz que preside o tribunal do júri faz uma lista de cidadãos com esses requisitos (de 300 a 500 nomes no Distrito Federal e nas comarcas com mais de 100 mil habitantes; e de 80 a 300 pessoas nas comarcas menores) e a publica, anualmente, no *Diário de Justiça*.

O juiz pode requisitar às autoridades locais, sindicatos e repartições públicas a indicação de nomes para a lista.

Os maiores de 60 anos não são listados, mas não são impedidos de ser jurados.

Qualquer pessoa pode solicitar alteração da lista até a publicação definitiva, na segunda quinzena de dezembro.

Dessa lista são sorteados os 21 jurados do tribunal.

No início da sessão de julgamento, o juiz sorteia, entre os 21 jurados, os sete que formarão o conselho de sentença. A defesa e a acusação podem, cada uma, recusar até três dos sorteados, caso em que o juiz prossegue com o sorteio até completar os sete.

Impedimentos legais para ser jurado

Não podem ser jurados

- ▶ Analfabetos
- ▶ Surdos-mudos
- ▶ Surdos
- ▶ Cegos
- ▶ Quem não estiver no gozo dos direitos políticos
- ▶ Quem morar em comarca diversa daquela em que se realizar o julgamento

Não podem formar um conselho de sentença

- ▶ Parentes do juiz, promotor e advogados do réu e da vítima
- ▶ Marido e mulher
- ▶ Ascendentes e descendentes
- ▶ Sogro(a) e genro/nora
- ▶ Irmãos e cunhados
- ▶ Tio e sobrinho
- ▶ Padrasto/madrasta e enteado

Funções do conselho de sentença

A Constituição de 1988 manteve o tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida (em que há intenção de matar), garantiu o sigilo das votações dos jurados, o pleno direito de defesa do réu e a soberania das decisões. Mas determinou que a organização do tribunal fosse feita por outra lei.

Essa lei é o Código de Processo Penal (CPP) - Decreto-Lei

3.689/41 -, que define como é a condução do processo criminal. De acordo com o CPP, o tribunal do júri é presidido por um juiz de direito, magistrado de carreira, e composto por 21 jurados. Sete desses jurados compõem com o juiz o conselho de sentença, um para cada julgamento.

O CPP estabelece que só o tribunal do júri pode julgar

homicídio, infanticídio, aborto, auxílio ou instigação a suicídio, ou tentativa de se cometer esses crimes.

As decisões do tribunal só podem ser mudadas, uma única vez, caso a decisão dos jurados seja claramente contrária às provas apresentadas no processo. Nesse caso o réu tem direito a outro julgamento, com um novo conselho de sentença.

Um leigo com o poder de julgar

O jurado é um representante do povo com a tarefa de decidir se os acusados de cometer crimes contra a vida são culpados ou inocentes. É um leigo investido por lei da função de julgar.

O serviço ao júri é obrigatório. Se o cidadão se recusar a ser jurado perde seus direitos políticos. Atuar como jurado é prestar um importante serviço público e garante ao cidadão o direito a:

- ter os dias de comparecimento às sessões do júri abonados (não podem ser descontados do salário);
- permanecer em prisão especial, se for acusado de ter cometido crime comum, até o julgamento definitivo; e
- preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas.

São deveres dos jurados:

- obedecer às intimações, só não o fazendo por motivo justo;

- comparecer às sessões para as quais for sorteado, não se retirando antes da formação do conselho de sentença;

- declarar-se impedido nos casos em que entender que está envolvido de alguma forma com a vítima ou o acusado;

- manter-se incomunicável, podendo falar apenas com o juiz presidente do conselho de sentença;

- prestar o compromisso legal, com sinceridade e firmeza, compreendendo a alta responsabilidade que assume;

- assistir atentamente ao julgamento e solicitar as providências que achar necessárias para poder julgar com conhecimento dos fatos;

- cumprir as formalidades legais; e

- comportar-se de forma séria e criteriosa, não deixando transparecer qualquer impressão durante o julgamento e guardar segredo das suas decisões.

O jurado não tem nenhuma responsabilidade criminal pelo seu voto, desde que cumpra seu dever de forma honesta e honrada. Receber qualquer tipo de pagamento pelo voto como jurado é crime previsto no Código Processual Penal.

A imparcialidade é a principal característica de um bom jurado e vai mais longe do que o previsto na lei. A imparcialidade não permite preconceitos de raça, religião, sexo, ideologia política, classe social, ou qualquer outro, seja para favorecer ou prejudicar o acusado.

As fases do processo penal

Inquérito policial - A polícia investiga as circunstâncias e motivos do crime, identifica autor e testemunhas, e elabora o laudo com a causa da morte.

Indiciamento do autor - A polícia envia o processo ao juiz.

Denúncia - Autorizado pelo juiz, o promotor analisa o processo e decide denunciar o acusado.

Pronúncia - O acusado é citado, conhece as acusações, é interrogado pelo juiz e nomeia o advogado que vai defendê-lo. É o único momento do processo em que ele pode falar.

Ouvidos os argumentos e vistas as provas, o juiz, se entender que há indícios de que o acusado tenha cometido o crime, envia o processo ao tribunal do júri.

Julgamento

a) Compromisso - O julgamento só é feito com a presença do réu e começa com os jurados prestando compromisso de julgar

imparcialmente, dentro dos ditames da Justiça.

b) Interrogatório do réu.

c) Leitura do processo.

d) Inquirição das testemunhas de acusação (os jurados podem requerer diligências e inquirir as testemunhas).

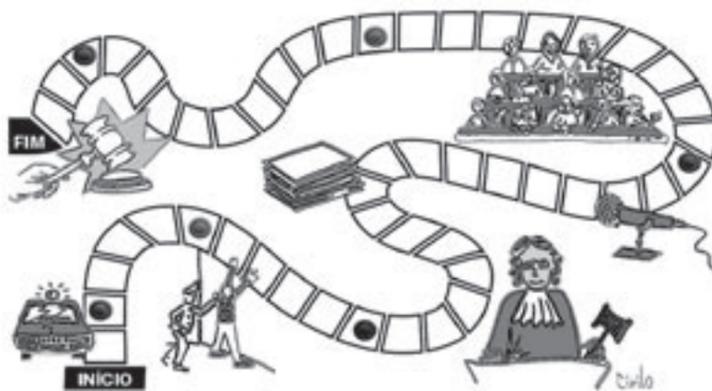
e) Depoimento das testemunhas de defesa.

f) Debates - Primeiro fala o promotor, por até duas horas, depois o advogado de defesa por tempo igual (réplica). O promo-

tor pode falar novamente, por até meia hora, o que dá o direito ao advogado falar de novo (tréplica), também por meia hora.

g) Decisão - O juiz pergunta aos jurados se estão aptos a julgar. Caso estejam, passam à sala secreta e respondem às perguntas do juiz por meio de cédulas com as palavras SIM ou NÃO.

h) Leitura da sentença - Elaborada pelo juiz obedecendo à decisão dos jurados, é lida por ele em plenário.



Saiba mais sobre o tribunal de júri

Informações

Conselho Nacional de Justiça
www.cnj.gov.br - (61) 3217-3995
Praça dos Três Poderes - Anexo II do STF - Bloco A - Brasília (DF) - 70175-900

Ordem dos Advogados do Brasil
www.oab.org.br - (61) 3316-9600
SAS - Quadra 05 - Lote 1 - Bloco M Brasília (DF) - CEP 70070-939

Projetos de lei

PLS 160/06 - Do senador Romeu Tuma (PFL-SP), extingue o recurso

contra decisão do tribunal do júri se a pena for de mais de 20 anos.

PLS 1/05 - Do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), amplia a competência do tribunal do júri.

PLS 82/04 - Do senador Aelton Freitas (PL-MG), extingue o protesto por novo júri.

PL 6.935/06 - Dispõe sobre o julgamento pelo tribunal do júri de enriquecimento ilícito de agentes públicos.

PL 4.714/04 - Define direitos para os jurados, torna facultativo o serviço do júri e cria o Dia Nacional

do Jurado, em 30 de março.

PL 4.480/04 - Limita a cinco o número de testemunhas a serem inquiridas no plenário do júri.

PL 3.757/04 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da preleção de cursos a jurados sorteados.

PL 2.858/04 - Estabelece que o jurado integrará o conselho de sentença apenas uma vez por ano e aumenta o número de listados para compor o júri.

A íntegra dos projetos pode ser acessada em www.senado.gov.br e www.camara.gov.br.